



Vaneza Lima dos Santos

***ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS  
DO RIO GRANDE DO SUL***

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta – RS, 2018

Vaneza Lima dos Santos

***ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS  
DO RIO GRANDE DO SUL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Maria Prudêncio de Mera  
Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Paim Pieniz

Cruz Alta – RS, Dezembro 2018

Universidade de Cruz Alta  
Pró Reitoria da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão  
Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Práticas Socioculturais e  
Desenvolvimento Social

## **ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Elaborado por

Vaneza Lima dos Santos

Como requisito parcial para obtenção do Título de  
Mestre em Práticas Socioculturais e  
Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Maria Prudêncio de Mera  
UNICRUZ (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Paim Pieniz  
UNICRUZ (Co-orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Taciana Mareth  
UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Beatriz Bilig Garces  
UNICRUZ

Cruz Alta - RS, 17 de dezembro de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado força, proteção e persistência.

A Nossa. Sra. De Fátima, minha santa, minha mãe em Cruz Alta-RS.

Ao meu filho Renan, minha vida, luz e inspiração.

A minha mãe Mara, por me ajudar em todos os momentos.

Ao meu irmão Eduardo, por ter me incentivado a entrar no mestrado.

Ao meu companheiro Giovani, por acreditar em mim e me apoiar.

A minha grande orientadora, Dr<sup>a</sup>. Cláudia M. Prudêncio de Mera, por todos os seus ensinamentos, atenção, confiança e profissionalismo.

A minha Co-Orientadora Dr<sup>a</sup>. Luciana Paim Pieniz, por todos os seus ensinamentos e incentivo desde a minha Graduação em Ciências Contábeis.

As minhas amigas de infância Jamile e Renata, por estarem comigo em todos os desafios e conquistas.

Aos meus amigos Silvani e Jonas pela amizade e ajuda.

Sozinhos não conseguimos nada.

Sem vocês eu não teria conseguido.

Serei eternamente grata a vocês!

Muito Obrigada!

“Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim como uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto”.

(Albert Einstein)

## RESUMO

### **ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Autor: Vaneza Lima dos Santos

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Claudia Maria Prudêncio de Mera

O conceito de *Accountability* vem sendo estudado no Brasil a mais de vinte anos. A maioria das pesquisas existentes apresentam o termo ligado a administração pública. Neste sentido, este estudo teve por objetivo analisar a prática operacional que resulta na *Accountability* nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, tendo como recorte de pesquisa as Instituições Comunitárias de Ensino Superior – ICES, pertencentes ao Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul – COMUNG. Fizeram parte da pesquisa os responsáveis pela contabilidade e responsáveis pela elaboração dos relatórios sociais das ICES, totalizando uma população de 13 indivíduos, sendo 11 Contadores e 02 Assistentes Sociais utilizando-se de um estudo de campo por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise dos resultados deste estudo revelou que a prática operacional que resulta no *Accountability* nas ICES do Comung são desenvolvidas com a observância da responsabilidade social e da participação destas instituições no desenvolvimento humano, tanto local como regional. O estudo possibilitou também, observar que a prática contábil, em função de sua vinculação com as obrigações tributárias e fiscais, trabalha de forma desconexa da ciência contábil, no que se refere a processos subjetivos dos produtos da contabilidade, prevalecendo o caráter técnico do que reflexivo.

**Palavras-chave:** Universidades. *Accountability*. Universidades Comunitárias. Ensino Superior. Relatório Social.

## ABSTRACT

### **ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Author: Vaneza Lima dos Santos

Advisor: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Claudia Maria Prudêncio de Mera

The concept of Accountability has been studied in Brazil for more than twenty years, but still does not have a translation, not even a single concept. Most existing research has the term linked to public administration. In this sense, this study aimed to analyze the operational practice that results in Accountability in the Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. For this purpose, a qualitative research was carried out, of a descriptive nature, having as a research cut the Community Institutions of Higher Education - ICES, belonging to the Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul - Comung. The research included the accounting officers and the responsible for preparing the social reports of the ICES, totaling a population of thirteen individuals, being eleven Accountants and two Social Assistants using a field study through semi-structured interviews. The analysis of the results of this study revealed that the operational practice that results in Accountability in Comung ICES are developed with respect to the social responsibility and participation of these institutions in human, local and regional development. The study also made it possible to observe that accounting practice, due to its linkage with tax and fiscal obligations, works in a disconnected way in accounting science, regarding subjective processes of accounting products, prevailing the technical rather than reflective.

**Keywords:** Universidades. *Accountability*. Universidades Comunitárias. Ensino Superior. Relatório Social.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura do Trabalho.....	15
Figura 2 – Localização da Feevale no Estado do Rio Grande do Sul. ....	38
Figura 3 – Localização do IPA no Estado do Rio Grande do Sul .....	40
Figura 4 – Localização da PUCRS no Estado do Rio Grande do Sul .....	42
Figura 5 – Localização da UFN no Estado do Rio Grande do Sul.....	43
Figura 6 – Localização da UCPEL no Estado do Rio Grande do Sul .....	45
Figura 7 – Localização da UCS no Estado do Rio Grande do Sul .....	46
Figura 8 – Localização da UNICRUZ no Estado do Rio Grande do Sul .....	48
Figura 9 – Localização da UNIJUÍ no Estado do Rio Grande do Sul .....	49
Figura 10 – Localização da Universidade LA SALLE no Estado do Rio Grande do Sul.....	51
Figura 11 – Localização da UNISC no Estado do Rio Grande do Sul.....	52
Figura 12 – Localização da UNISINOS no Estado do Rio Grande do Sul .....	54
Figura 13 – Localização da UNIVATES no Estado do Rio Grande do Sul.....	55
Figura 14 – Localização da UPF no Estado do Rio Grande do Sul .....	57
Figura 15 – Localização da URCAMP no Estado do Rio Grande do Sul.....	58
Figura 16 – Localização da URI no Estado do Rio Grande do Sul.....	60
Figura 17 – Fluxograma do Resultado da Pesquisa.....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Universidades convidadas para a pesquisa, logotipo e município sede. ....	17
Quadro 2 – Roteiro de perguntas que foram realizadas nas ICES do Comung.....	19
Quadro 3 – Compreendendo a Accountability por meio dos dicionários estrangeiros .....	23
Quadro 4 – Obras mais citadas sobre Accountability - ANPAD .....	25
Quadro 5 – Conceitos sobre responsabilidade social nas empresas .....	29
Quadro 6 – Indicadores dos Modelos de Balanço Social IBASE, GRI e Ethos.....	33
Quadro 7 – Visão, missão e compromisso social da Universidade Feevale .....	37
Quadro 8 – Visão, missão e responsabilidade social do Centro Universitário Metodista - IPA .....	39
Quadro 9 – Visão, missão e responsabilidade social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS .....	41
Quadro 10 – Visão, missão e responsabilidade social da Universidade Franciscana - UNIFRA .....	43
Quadro 11 – Visão, missão e responsabilidade social da Universidade Católica de Pelotas - UCPEL .....	44
Quadro 12 – Visão, missão e política da Universidade de Caxias do Sul - UCS.....	46
Quadro 13 – Visão, missão e política da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ .....	47
Quadro 14 – Visão, missão e política da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ.....	49
Quadro 15 – Visão, missão e política da Universidade La Salle - UNILASALLE .....	50
Quadro 16 – Visão, missão e política da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.....	52
Quadro 17 – Visão, missão e política da Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS .....	53
Quadro 18 – Visão, missão e política da Universidade Univates - UNIVATES .....	55
Quadro 19 – Visão, missão e política da Universidade de Passo Fundo - UPF .....	56
Quadro 20 – Visão, missão e política da Universidade da Região da Campanha - URCAMP	58
Quadro 21 – Visão, missão e política da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI .....	59

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Justificativa.....</b>	<b>13</b>
<b>1.3 Estrutura da Dissertação.....</b>	<b>14</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Delineamento da Pesquisa.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Contexto e Sujeitos da Pesquisa.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 Procedimentos de coleta de dados da pesquisa.....</b>	<b>19</b>
<b>2.4 Análise e Interpretação dos Dados.....</b>	<b>21</b>
<b>2.5 Cuidados Éticos.....</b>	<b>21</b>
<b>3 ACCOUNTABILITY: APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1 Aportes Teóricos da <i>Accountability</i>.....</b>	<b>22</b>
<b>3.2 <i>Accountability</i> em universidades: estudos semelhantes.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 Abordagens conceituais básicas sobre responsabilidade social e balanço social</b>	<b>28</b>
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>35</b>
<b>4.1 Instituições de Ensino Superior Brasileiras.....</b>	<b>35</b>
<b>4.2 Criação e Objetivos do Comung.....</b>	<b>35</b>
<b>4.3 Universidades participantes do Comung.....</b>	<b>36</b>
4.3.1 Universidade Feevale – FEEVALE.....	36
4.3.2 Centro Universitário Metodista – IPA.....	38
4.3.3 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.....	40
4.3.4 Universidade Franciscana – UFN.....	42
4.3.5 Universidade Católica de Pelotas – UCPEL.....	44
4.3.6 Universidade de Caxias do Sul – UCS.....	45
4.3.7 Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.....	47
4.3.8 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.	48
4.3.9 Universidade La Salle – UNILASALLE.....	50
4.3.10 Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.....	51
4.3.11 Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS.....	53

4.3.12 Universidade Univates – UNIVATES.....	54
4.3.13 Universidade de Passo Fundo – UPF.....	56
4.3.14 Universidade da Região da Campanha – URCAMP.....	57
4.3.15 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.....	59
<b>4.4 A Lei que normatiza as ICES.....</b>	<b>60</b>
<b>5 ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>63</b>
<b>5.1 A responsabilidade social na percepção dos Contadores.....</b>	<b>63</b>
<b>5.2 Os relatórios sociais emitidos pelas ICES.....</b>	<b>65</b>
<b>5.3 Profissionais das ICES envolvidos na elaboração dos Relatórios Sociais.....</b>	<b>67</b>
<b>5.4 Periodicidade, divulgação e Feedback dos Relatórios sociais.....</b>	<b>70</b>
<b>5.5 Desafios e dificuldades na elaboração dos Relatórios sociais.....</b>	<b>71</b>
<b>5.6 Contribuição das informações contábeis para geração dos Relatórios sociais..</b>	<b>73</b>
<b>5.7 <i>Accountability</i>: conhecimento dos contadores sobre o termo.....</b>	<b>73</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Accountability* é uma expressão que ainda não possui uma tradução perfeita nos dicionários de língua portuguesa. No Brasil, o termo foi discutido inicialmente pela pesquisadora brasileira Anna Maria Campos, que ouviu o mesmo pela primeira vez em 1975, quando cursava o *Master of Public Administration*, nos EUA (CAMPOS, 1990). Portanto, os primeiros estudos no Brasil foram realizados por Campos (1990), e apresentavam observações e questionamentos em relação às consequências devido à ausência do conceito e da própria tradução.

Ainda são consideradas poucas as pesquisas publicadas sobre *Accountability* no Brasil e em língua estrangeira (PEREIRA; SILVA; ARAÚJO, 2014). De acordo com Hall, Frink e Buckley (2017) o domínio acadêmico trata a *Accountability* ainda em um estágio inicial, havendo desconhecimento sobre o assunto, além da falta de consenso sobre o significado de *Accountability* (KOPPEL, 2005).

Grande parte das discussões que abordam a *Accountability* estão relacionadas ao Estado, como afirma Duarte (2016): “A importância e o significado do termo *Accountability* têm se expandido de forma significativa na esfera da administração pública” ou ainda, como acrescentam Abrucio e Loureiro (2004), “normalmente a literatura sobre *Accountability* trata do controle dos atos dos governantes em relação ao programa de governo, à corrupção ou à preservação de direitos fundamentais dos cidadãos”.

Mas além de estar presente no Estado (primeiro setor), a *Accountability* está presente também nas empresas privadas, nas organizações (segundo setor), onde Tinoco (2002) define que: “*Accountability* representa a obrigação que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder”.

Estas organizações sempre priorizaram a gestão dos aspectos econômico-financeiros de suas operações, apuradas pela contabilidade e expressas em suas demonstrações que são há muito tempo legalmente requeridos, como forma de prestação de contas a um grupo específico de *stakeholders*: os acionistas. (KREITLON, QUINTELLA, 2001).

Desde a década de oitenta, as questões de cunho ambiental começaram a ser consideradas um novo grupo de *stakeholders*, ou seja, para estas questões as organizações adotaram estratégias e métodos com o objetivo de monitorar, medir, avaliar e prestar contas e a partir daí criaram-se normas, certificações e balanços ambientais. (ANDRADE, 2000).

O que vem sendo observado, é o fato das organizações estarem sendo sempre cobradas a apresentar um desempenho ético e social, entendido em sentido cada vez mais amplo, o que

explica o surgimento de associações empresariais, instituições do terceiro setor, centros de pesquisa acadêmica e organismos internacionais que atualmente se dedicam à divulgação da ideia de responsabilidade social e ao estudo das estratégias e sistemas gerenciais que a sua colocação, em prática, exige. (QUINTELLA, 2001 *apud* ZADEK, 1998).

Conforme aponta Carneiro (2011), o Terceiro Setor, é reconhecido como um setor de características próprias. Seu principal objetivo, era buscar soluções ou amenizar as dificuldades econômicas e sociais encontradas na época, devido as mudanças implantadas pelo sistema capitalista.

Uma das dificuldades sociais era também a Educação Superior. As Instituições Comunitárias de Ensino Superior surgiram na metade do século XX, configuradas pela ausência do poder público, e de acordo com Lauxen (2012), “por estarem localizadas, em sua maioria, nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, exercem um papel preponderante no contexto regional onde estão inseridas, estabelecendo uma política de estreita relação entre ensino, pesquisa e extensão”.

De acordo com a Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ABRUC, outra característica das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, é o fato de terem a função pública não estatal, consistindo de serviço público, sem fins lucrativos e interesse coletivo, com patrimônio pertencente a uma comunidade, com aplicação integral dos resultados operacionais e subvenções na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, sem nenhuma distribuição de dividendos, bonificações, em suas manifestações, publicações e relacionamento oficial com o governo.

Somente em 2013 o Estado brasileiro reconhece, em síntese, ser legal e, portanto, legítima, a institucionalização de um modelo novo de educação superior, diferenciado do modelo público-estatal de universidade e distante do modelo representado pelas instituições privadas de educação superior. Tal reconhecimento veio por meio da Lei nº 12.881, de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das ICES. (LÜCKMANN e CIMADON, 2015).

Neste contexto, o objeto de estudo nesta dissertação são as Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul, que unidas, de forma colaborativa e agrupadas em um consórcio com 15 instituições, desde 1996, constituem o Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul – COMUNG).

O presente estudo foi desenvolvido a partir das temáticas propostas pelo Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, que pesquisa as Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea, vindo ao encontro das discussões que

tratam da responsabilidade social desenvolvida pelas instituições de ensino superior pertencentes ao COMUNG.

Sendo assim, o tema escolhido diante do contexto apresentado pretende responder ao seguinte questionamento: Como ocorrem as práticas operacionais que resultam no *Accountability* nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul?

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Analisar como ocorrem as práticas operacionais que resultam nas informações necessárias para o *Accountability* das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- Verificar a prática contábil que resulta no *Accountability* nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul;
- Identificar e analisar os desafios percebidos pelas universidades com a divulgação dos relatórios sociais;
- Identificar a necessidade/contribuição de se ter *Accountability* nas ICES.

## **1.2 Justificativa**

O tema escolhido para esta pesquisa teve como fator determinante, a busca pela ampliação dos conhecimentos sobre *Accountability* e verificar sua aplicação nas universidades comunitárias que compõem o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG.

A relação do problema estudado com o contexto social e sua discussão literária, que é relativamente nova, despertou diversas possibilidades de estudo, sendo assim, a temática escolhida desafiou a pesquisadora a ir em busca de conhecimentos aprofundados, que possam colaborar com as instituições estudadas e ser referência de possíveis aspectos inovadores que venham a contribuir para o conhecimento humano e social.

Deste modo, o estudo se justifica inicialmente por duas perspectivas, sendo elas nos planos teórico e prático, e ainda, considerando as possíveis contribuições do estudo para o conhecimento humano e para a solução do problema em questão.

No plano teórico a pesquisa se justifica pois, pretende reunir os principais conceitos de aplicação da *Accountability* que servirá de fonte de pesquisa, sendo que esta poderá ser aplicada nos diversos setores da sociedade a que possuímos, tais como, primeiro setor (órgãos públicos), segundo setor (empresas privadas) e ainda, o terceiro setor (entidades filantrópicas, comunitárias, sem fins lucrativos), sendo que é neste setor que se encontram as universidades do COMUNG.

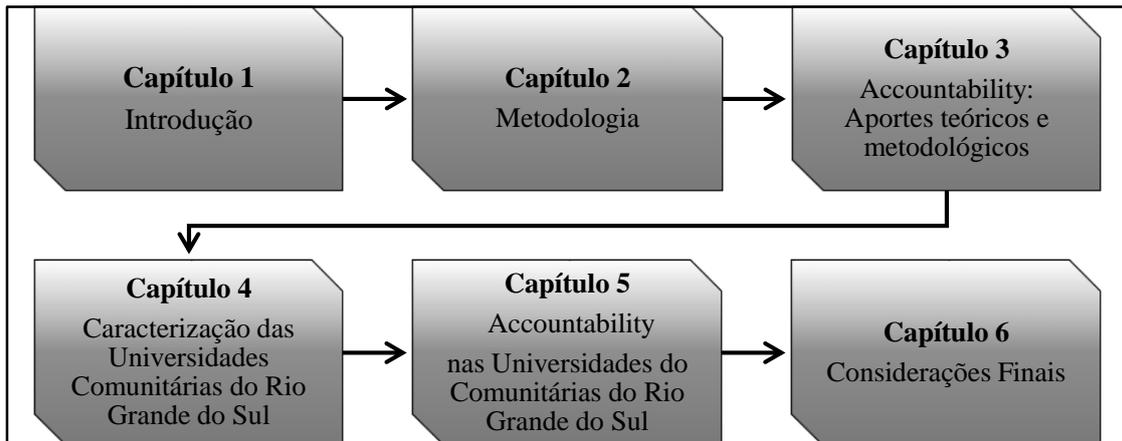
No que diz respeito ao plano prático, a pesquisa faz referência às reflexões da importância e da origem da *Accountability* que surgiram desde a construção do referencial teórico e que estenderam-se durante a coleta de dados e até a discussão do estudo, sendo que, foram estas que despertaram a motivação da pesquisadora na ideia inicial de que as Universidades comunitárias fossem o *locus* de pesquisa para a investigação do assunto.

Assim, pretende-se que seja um estudo enriquecedor às instituições e ao meio social proporcionando também, maior entendimento da comunidade em relação as principais finalidades, missão, visão e responsabilidade social das Instituições Comunitárias de Ensino Superior, que é uma forte característica da região Sul do país.

### **1.3 Estrutura da Dissertação**

Conforme mostra a Figura 1, esta dissertação divide-se em seis capítulos que visam atender aos objetivos propostos e por fim, compreender os resultados obtidos através da pesquisa.

Figura 1 – Estrutura do Trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O primeiro capítulo apresenta a introdução, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa da pesquisa, a estrutura da dissertação, além da linha de pesquisa referente à temática escolhida.

O capítulo seguinte, trata da metodologia da pesquisa, onde é apresentado o delineamento da pesquisa, o contexto, os sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e procedimentos da pesquisa, a análise e a interpretação dos dados e por fim, os cuidados éticos.

Na sequência, são apresentadas as principais discussões em relação ao aporte teórico e metodológico da *Accountability*, visando compreender seu conceito ao longo dos anos, na visão de diversos estudiosos, bem como a abordagem de alguns estudos semelhantes sobre a *Accountability* em Universidades. O terceiro capítulo, também é composto pelas abordagens conceituais básicas sobre responsabilidade social e relatórios sociais.

O quarto capítulo tem o objetivo de apresentar uma breve caracterização das universidades existentes no ensino superior brasileiro, as universidades públicas, privadas e as Instituições Comunitárias de Ensino Superior. Na sequência são apresentados também, a criação e os objetivos do COMUNG, as universidades participantes do COMUNG e por fim, a Lei que normatiza as ICES.

O quinto capítulo, denominado “*Accountability* nas universidades comunitárias do Rio Grande do Sul”, apresenta a descrição dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

Por fim, o sexto capítulo culmina o estudo com as considerações finais, acerca do estudo realizado.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é conceituada como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, que concomitantemente com o método, a técnica e a criatividade do pesquisador, resulta em muito mais que técnicas, pois permite incluir as concepções teóricas da abordagem, vinculando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade (MINAYO, 2012).

Neste capítulo é abordado o caminho metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, a partir dos seguintes subitens: Seção 2.1 Delineamento da pesquisa; Seção 2.2 Contexto e sujeitos da pesquisa; Seção 2.3 Instrumentos de coleta de dados e procedimentos da pesquisa; Seção: 2.4 Análise e Interpretação dos Dados; Seção 2.5 Cuidados Éticos.

### 2.1 Delineamento da Pesquisa

Este estudo teve por objetivo, analisar a prática operacional que resulta no *Accountability* no âmbito das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul que totalizam uma população de quinze (15) universidades vinculadas ao COMUNG, as quais foram convidadas para entrevista gravada e, realizada por meio do aplicativo Skype.

Ao entender o *Accountability* como um instrumento de transparência e prestação de contas, capaz de fortalecer a relação entre instituições e a sociedade, a presente pesquisa é classificada, do ponto de vista metodológico, como pesquisa de abordagem qualitativa, pela qual é possível conceber análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado, e ainda, torna-se possível destacar características que não seriam observadas por um estudo quantitativo (RAUPP; BEUREN, 2013).

Em relação à natureza, a pesquisa está classificada como aplicada, pois, de acordo com Barros e Lehfeld (2004) um estudo é considerado aplicado quando existe a necessidade de conhecimento do assunto proposto e a aplicação imediata de seus resultados. Deste modo, a pesquisa aplicada contribuiu no processo prático de busca do conhecimento e para a aplicação no *locus* de estudo.

Quanto aos objetivos, o trabalho proposto é considerado uma pesquisa descritiva e exploratória, pois, tem como objetivo, descrever os fatos e aprofundar o conhecimento sobre o assunto pesquisado. Gil (2002) afirma que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis”.

Ainda de acordo com Minayo (2012), a pesquisa de campo permite relacionar com a prática, o conhecimento construído e elaborado na fase teórica e, deste modo, possibilita “um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e construção de teoria”.

Como estratégia de investigação, definiu-se a abordagem da pesquisa de campo, sendo que “essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros. (MINAYO, 2012).

## 2.2 Contexto e Sujeitos da Pesquisa

O contexto investigado foram as 15 ICES que compõem o COMUNG, as quais foram convidadas e contatadas para participarem da pesquisa.

Aceitaram participar 11 ICES: Universidade Feevale, Centro Universitário Metodista IPA, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Universidade de Caxias do Sul – UCS, Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Universidade La Salle, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Universidade de Passo Fundo – UPF e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

Fizeram parte da pesquisa os responsáveis pela contabilidade e pela elaboração dos relatórios sociais das ICES, totalizando uma população de 13 indivíduos, sendo 11 Contadores e 02 Assistentes Sociais, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 - Universidades convidadas para a pesquisa, logotipo e município sede.

LOGOTIPO	UNIVERSIDADE	MUNICÍPIO SEDE
	FEEVALE	Novo Hamburgo
	IPA	Porto Alegre
	PUCRS	Porto Alegre

Continuação Quadro 1 - Universidades convidadas para a pesquisa, logotipo e município sede.

LOGOTIPO	UNIVERSIDADE	MUNICÍPIO SEDE
	UFN	Santa Maria
	UCPEL	Pelotas
	UCS	Caxias do Sul
	UNICRUZ	Cruz Alta
	UNIJUÍ	Ijuí
	LA SALLE	Canoas
	UNISC	Santa Cruz do Sul
	UNISINOS	São Leopoldo
	UNIVATES	Lajeado
	UPF	Passo Fundo
	URCAMP	Bagé
	URI	E

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

### 2.3 Procedimentos de coleta de dados da pesquisa

Os primeiros dados foram preliminarmente coletados nos Relatórios Sociais e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das ICES, tendo em vista que, estes documentos possuem informações tais como: histórico de criação, quantidade de alunos, abrangência, visão, missão, propósitos e o modo que a instituição desenvolve ações e princípios em relação a responsabilidade social.

Da mesma forma, a pesquisa se efetuou com a coleta dos dados em livros e documentos que retratam o histórico de criação do COMUNG, os principais objetivos do consórcio, as universidades integrantes e demais informações que compreendem estrutura, cursos, quantidade de alunos, docentes e região de abrangência.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram coletadas as informações por meio de entrevistas gravadas e realizadas por meio do aplicativo Skype. Inicialmente, as Universidades receberam uma carta convite para demonstrar o interesse em participar da pesquisa. Juntamente com esta carta, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, onde constaram os objetivos da pesquisa, seus riscos e benefícios, termo este, lido e aceito pelo participante da pesquisa.

A coleta de dados da pesquisa de campo realizou-se com a entrevista gravada e, desenvolvida com base no formulário de perguntas previamente elaborado pela pesquisadora e descrito, no Quadro 2:

Quadro 2 - Roteiro de perguntas que foram realizadas nas ICES do COMUNG.

1	Você conhece o conceito de responsabilidade social constante no PDI da sua Instituição? (se sim, relatar, se não, justificar).
2	Que relatórios a Universidade utiliza para divulgar suas ações de responsabilidade social?
3	De forma geral, qual o objetivo de emitir os relatórios de responsabilidade social? Poderia dizer o que compõe este relatório?
4	Você tem conhecimento de quais destes relatórios a Universidade é obrigada a entregar? Por quê?
5	Quem participa da elaboração do relatório social na Universidade? Se não é o contador, quem é? Qual a formação?

Continuação Quadro 2 - Roteiro de perguntas que foram realizadas nas ICES do COMUNG.

6	Como é elaborado o relatório social?
7	Qual a periodicidade dos relatórios sociais?
8	Como é disponibilizado/divulgado o relatório social? É socializado internamente ou externamente, como? Tem o feedback da comunidade, como é este feedback?
9	Em sua opinião quais os desafios/dificuldades encontradas para a realização do relatório social?
10	Qual a sua percepção sobre a contribuição das informações contábeis para geração dos relatórios sociais?
11	Você já ouviu falar da palavra <i>Accountability</i> ? Como você define?
12	Você faria alguma alteração nos registros contábeis de modo a facilitar a geração dos relatórios sociais? Pode justificar sua resposta?

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A pesquisa de campo foi realizada de acordo com as seguintes etapas:

**Etapa 1:** Elaboração de um “diário de bordo”, contendo um capítulo para cada instituição que seria contatada e convidada para participar da pesquisa. Sendo assim, cada capítulo era composto por informações como: nome da instituição, contato telefônico, nome do reitor(a), e-mail do reitor(a). Informações estas, que foram inicialmente coletadas no site das instituições, acessados na internet (dados secundários).

**Etapa 2:** Contato via telefone com o gabinete da reitoria de cada uma das 15 instituições pertencentes ao COMUNG. Neste primeiro contato, após a apresentação prévia da pesquisadora, aconteceu o pedido do e-mail do reitor(a) da instituição.

**Etapa 3:** De posse do e-mail da reitoria, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e também, a carta de autorização para a realização da pesquisa, devidamente assinada pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação e pela professora orientadora da pesquisa. Nesta carta, estava especificada a forma de realização da entrevista, a qual seria feita aos contadores da instituição.

**Etapa 4:** A partir da autorização e do direcionamento da Reitoria, buscou-se contato com o Contador responsável pela área contábil da Instituição, para verificar a possibilidade de participação e agendamento da entrevista.

**Etapa 5:** Nas datas e horários agendados, aconteceu a entrevista com o contador e o assistente social de cada uma das instituições, realizada por meio do aplicativo Skype, o qual

permitiu um diálogo simultâneo e, também, permitiu a gravação do conteúdo da entrevista, tanto por áudio como também, em vídeo.

**Etapa 6:** Após a realização da entrevista a pesquisadora realizou a “degravação” da mesma, ou seja, o conteúdo em áudio foi transcrito para um arquivo no aplicativo Word com a ajuda do aplicativo Dictation que capta o áudio e o transcreve.

## **2.4 Análise e Interpretação dos Dados**

A análise dos dados foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, que de acordo com a definição de Bardin (1977) é: “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.”

Sendo assim, a análise e interpretação dos dados teve como ponto de partida, a análise das respostas dos 11 contadores entrevistados e da assistente social das respectivas universidades convidadas. Deste modo, o método de análise de conteúdo deve estar relacionado com a base teórica do estudo que, conforme Franco (2012):

Um outro elemento a ser considerado é reconhecer que a análise de conteúdo requer que as descobertas tenham relevância teórica. Uma informação puramente descritiva não relacionada a outros atributos ou às características do emissor é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado no mínimo a outro dado. O liame entre este tipo de relação deve ser representado por alguma forma de teoria (FRANCO, 2012).

Desta forma, relacionando os dados coletados com as bases teóricas relevantes neste estudo analisaram-se os dados, de modo que estes foram capazes de unir informações e experiências, que podem ser utilizadas nas mais diversas áreas expondo seus resultados, benefícios diretos ou indiretos da pesquisa, não só aos entrevistados, mas também à sociedade em geral.

## **2.5 Cuidados Éticos**

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa -CEP da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ para que a pesquisa fosse realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Destaca-se aqui, que o projeto de pesquisa foi aprovado conforme parecer consubstanciado de Comissão de Ética em Pesquisa – CEP, CAAE: 87126718.8.0000.5322, submetido em 06.04.2018, Universidade de Cruz Alta, parecer número: 2.626.847, data da relatoria: 27/04/2018, conforme comprovante incluído nos anexos deste trabalho.

### 3 ACCOUNTABILITY: APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentadas as principais discussões em relação ao aporte teórico e metodológico da *Accountability*, visando compreender seu conceito ao longo dos anos por parte de diversos estudiosos, e ainda, apresenta abordagens conceituais básicas dos relatórios sociais e sobre a temática da responsabilidade social.

Dessa forma, a estrutura deste capítulo está dividida em três seções: Seção 3.1 Aportes Teóricos da *Accountability*; Seção 3.2 *Accountability* em Universidades: estudos semelhantes; 3.3 Abordagens conceituais básicas sobre responsabilidade social e balanço social.

#### 3.1 Aportes Teóricos da *Accountability*

De origem anglo-saxônica, o termo *Accountability* já apresentava suas primeiras definições na língua estrangeira em torno do ano de 1794, quando o dicionário universitário *Merriam Webster's Collegiate Dictionary*, definia o termo como responsabilização pessoal e prestação de contas, em âmbito público ou privado.

Mesmo assim, de acordo com a literatura, desde o início das discussões, até os dias atuais, não é possível o encontro de uma única tradução desta palavra do idioma inglês para a língua portuguesa, bem como, não se tem um conceito único sobre sua teoria. Esta situação ocorre não apenas no Brasil, tendo em vista também, que as pesquisas sobre *Accountability* ainda são pouco realizadas tanto por estudiosos brasileiros, como também, por pesquisadores estrangeiros (PEREIRA; SILVA; ARAÚJO, 2014).

As primeiras discussões no Brasil sobre o *Accountability* vieram com a pesquisadora Anna Maria Campos que em sua pós-graduação nos EUA em 1975, conheceu o termo e no início não entendeu sua tradução literal, mas após, verificou que tratava-se de um conceito-chave no estudo da administração pública e na prática do serviço público nos EUA, que considerado uma sociedade democrática moderna, entende que governos e serviço público devem ser plenamente responsáveis perante os cidadãos (*Accountability*) juntamente com as aperfeiçoadas práticas administrativas (CAMPOS, 1990).

Ainda de acordo com Campos (1990), no Brasil, a inexistência da tradução do termo se dá devido ao fato de que, o que falta não é apenas tradução da palavra e sim o conceito, que por não existir, reflete consequências e diferenças, observadas pela pesquisadora que conheceu de perto as diferenças democráticas, culturais e política dos EUA e ao voltar ao Brasil fez suas

reflexões e comparações que a fizeram entender como acontecia a visão e o relacionamento entre os cidadãos brasileiros e a administração pública, naquela época.

Conforme Rocha (2011), “É comum observar-se a mistura de conceitos e abordagens relacionados a diferentes perspectivas e visões da *Accountability* para tentar explicar ou mesmo, criticar fatos e procedimentos do cotidiano da administração pública”, quando na verdade, a *Accountability*, como explica Ceneviva (2006), “está presente hoje em diversas áreas das ciências sociais: desde a administração de empresas até a educação, passando pela administração pública e a ciência política”.

Na maioria dos trabalhos publicados sobre *Accountability* ocorre a referência da dificuldade de traduzir o termo, levando a crer que não existe uma palavra única que o expresse em português, havendo “traduções” diferentes para o termo por parte de vários autores, ainda que os termos produzidos possam estar próximos ou convergentes, ou seja, não existe perfeita concordância nas traduções (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Pinho e Sacramento (2009) buscaram o entendimento do termo *Accountabilty*, assim como fez Campos (1990), que buscou inicialmente entender e compreender o termo por meio dos dicionários da língua inglesa, para, em seguida, verificar sua tradução em dicionários do tipo “inglês-português”. O que surpreendeu Pinho e Sacramento (2009) foi o fato de que nem todos os dicionários de língua inglesa possuíam o termo *Accountabilty* e assim, em algumas situações, buscou-se o significado do termo *Accountable*, conforme evidenciado no Quadro 3.

Quadro 3 - Compreendendo a *Accountability* por meio dos dicionários estrangeiros.

<b>COMPREENDENDO A ACCOUNTABILITY POR MEIO DOS DICIONÁRIOS ESTRANGEIROS</b>			
Dicionário	Termo Encontrado	Significado	Tradução
Oxford advanced learner's dictionary	<i>Accountable</i>	Responsible for your decisions or actions and expected to explain them when you are asked: Politicians are ultimately accountable to the voters.	Ser responsável por suas decisões ou ações e espera explicá-las quando lhe for perguntado: os políticos são responsáveis perante os eleitores.

Continuação Quadro 3 - Compreendendo a Accountability por meio dos dicionários estrangeiros

<b>COMPREENDENDO A ACCOUNTABILITY POR MEIO DOS DICIONÁRIOS ESTRANGEIROS</b>			
Dicionário	Termo Encontrado	Significado	Tradução
Merriam-Webster's collegiate dictionary (1996)	<i>Accountability</i>	<i>Accountability</i> (1794): the quality or state of being accountable; an obligation or willingness to accept responsibility or to account for one's actions.	Qualidade ou estado de ser responsável; uma obrigação ou vontade de aceitar a responsabilidade ou de contabilizar as ações de pessoas.
Roget's thesaurus (1962:366),	Dueness, que se associa também com onus, responsibility, obligation e com duty, que se associa com liability, que significa liable	liable for: responsible according to law.	responsável por: responsável de acordo com a lei.
Learner's dictionary of current english	<i>Accountable</i>	able to sb/for sth, responsible; expected to give an explanation.	capaz de/para, responsável; Espera-se que dê uma explicação.

Fonte: Elaborada pela autora (2018) com base em Pinho e Sacramento (2009)

Prosseguindo a busca pela tradução do termo, Pinho e Sacramento (2009) apresentam a consulta nos dicionários inglês-português Vallandro e Vallandro que não apresenta o termo *Accountability*, apenas o termo *Accountable*: “responsável frente à alguma coisa: sujeito a prestar contas”. No Michaelis dicionário prático (1988), a palavra foi localizada apresentando o substantivo responsabilidade como seu correspondente no português. Para a tradução de *Accountable*, o Michaelis indica três adjetivos: 1. responsável; 2. explicável; e 3. justificável.

Objetivando realizar um mapeamento dos trabalhos sobre *Accountability* nas divisões acadêmicas da Administração Pública, Gestão e Governança, e Políticas Públicas dos encontros da ANPAD (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração), no período de 1997 a 2016, Duarte (2017) apontou as cinco referências mais citadas, que são: O'Donnell (1998), Campos (1990), Brasil (1988), Pinho e Sacramento (2009), Abrucio e Loureiro (2004), que estão compiladas no Quadro 4, onde apresenta-se o nome do autor, o ano de publicação e o conceito definido em seu estudo.

Quadro 4 - Obras mais citadas sobre *Accountability* – ANPAD.

<b>OBRAS MAIS CITADAS SOBRE ACCOUNTABILITY – ANPAD</b>		
Autor	Ano	Conceito
O'Donnell	1998	A ideia de <i>Accountability</i> explica que: de algum modo o representante é considerado responsável pela maneira como age em nome daqueles por quem ele afirma ter o direito de falar. Nas democracias consolidadas, a <i>Accountability</i> opera não só, nem tanto, "verticalmente" em relação àqueles que elegeram o ocupante de um cargo público (exceto, retrospectivamente, na época das eleições), mas "horizontalmente", em relação a uma rede de poderes relativamente autônomos (isto é, outras instituições) que têm a capacidade de questionar, e eventualmente punir, maneiras "impróprias" de o ocupante do cargo em questão cumprir suas responsabilidades.
Campos	1990	Descobre a ausência do conceito na língua portuguesa. Mas, da obra de Frederich Mosher ( <i>Democracy and the public service</i> ), extraiu elementos para afirmar que a <i>Accountability</i> é sinônimo de responsabilidade objetiva, ou seja, refere-se à responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra.
Brasil	1988	Constituição Federal.

Continuação Quadro 4 - Obras mais citadas sobre *Accountability* – ANPAD.

<b>OBRAS MAIS CITADAS SOBRE ACCOUNTABILITY – ANPAD</b>		
Autor	Ano	Conceito
Pinho e Sacramento	2009	Quando retomam a obra de Campos de 1990 e a analisam observando as alterações políticas, sociais e institucionais ocorridas no Brasil após 20 anos, constatam que o significado do conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo.
Abrucio e Loureiro	2004	Explicam que normalmente a literatura sobre <i>Accountability</i> trata do controle dos atos dos governantes em relação ao programa de governo, à corrupção ou à preservação de direitos fundamentais dos cidadãos e recentemente também tem sido analisado no contexto da reforma do Estado, especialmente nas discussões sobre como transparência e responsabilização podem melhorar a eficiência da ação governamental.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Duarte (2017).

A discussão realizada até aqui é corroborada por Ceneviva (2006), que afirma que é possível verificar, mesmo em rápidas leituras e revisões em trabalhos, publicações e demais obras acerca da *Accountability*, de que os estudos revelam que o conceito sobre o referido termo ainda carece de um conceito quanto a seu significado e de uma clara delimitação teórica, onde também é perceptível que a definição do termo possui a tendência de variar entre os autores e conforme a tradição disciplinar na qual o trabalho se insere.

### **3.2 *Accountability* em universidades: estudos semelhantes**

Esta seção apresenta alguns estudos semelhantes sobre *Accountability* em universidades, com o objetivo de sistematizar os estudos encontrados e tornar possível uma discussão com os resultados destas pesquisas.

Para encontrar os estudos semelhantes foi realizada uma pesquisa na base Ebsco, através da busca por palavras chave como: *Accountability*, universidades e relatórios sociais.

Nesta busca foi encontrado o estudo com o título: “*Universidade comunitária, gestão democrática e possibilidades de construção de Accountability*” (SPERONI, CAMARGO, 2009). Este artigo tem como amostra uma das ICES do RS, e analisa o padrão de gestão democrática e as possibilidades de construção de mecanismos de Accountability de uma instância institucional específica, a Associação dos Professores. O estudo revelou que a associação dos professores, tem se mostrado potencialmente capaz de construir espaços de divulgação de informações compreensíveis, ampliar espaços que permitam construir as dimensões, levantadas por Schedler (1999), em relação ao controle do poder, justificação e a capacidade argumentativa.

Outro trabalho também chamou a atenção por se tratar de um estudo de casos comparativos, a partir de entrevistas com gestores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Universidade Regional de Blumenau (FURB). O trabalho é a tese de doutorado: “*Accountability no Contexto da Educação Superior Brasileiro: Comparativo entre Universidade Federal, Estadual e Municipal*” (HEREK, 2017). De modo geral, esta tese buscou compreender a relação entre um sistema de Accountability estruturado em mecanismos com diferentes princípios e regras, e a tensão entre instituições e Accountability, pela investigação de como a lógica da adequação interfere na influência de três mecanismos de Accountability distintos sobre os gestores da UFSC, UDESC e FURB.

Na sequência, foi encontrada a dissertação, que abordou o tema Accountability e universidades com o título: “*Accountability horizontal nos relatórios de gestão de universidades federais brasileiras*” (FONTENELE, 2014), que teve como objetivo verificar o nível de Accountability horizontal dos relatórios de gestão das universidades federais apresentados ao Tribunal de Contas da União como instrumento de avaliação de resultados pré-estabelecidos no orçamento da União, observando a adequação deles às dimensões informacional, justificação e *enforcement* (execução). Para atingir o objetivo, o estudo desenvolveu três tópicos: Referencial teórico sobre Accountability; Estratégia, escopo e método da pesquisa; Resultados da análise de conteúdo. O estudo concluiu que, os relatos da ação orçamentária 4009 enquadram-se na dimensão informacional (1º nível de Accountability), embora houvesse *enforcement*, por parte do TCU, para que atingisse o nível dimensional de justificação.

A dissertação de mestrado em Administração da UFSC com o título: “*Universidade Pública e Accountability: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC*”, tem como tema a Accountability, observada através dos procedimentos UDESC e se propõe a

analisar as práticas da instituição sob a ótica da *Accountability*, além de, estabelecer qual a relação existente entre elas. Esta pesquisa foi do tipo descritiva e exploratória, caracterizou-se por um estudo de caso e foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com os gestores da UDESC. A pesquisa demonstrou que a UDESC carece de procedimentos padronizados de prestação de contas para a sociedade. Desta forma, observou-se que a responsabilidade do gestor público não vem sendo totalmente cumprida, ademais a transparência é um fator crítico; em virtude de a Instituição não possuir um sistema de informações gerenciais, ocorrem falhas de divulgação interna e externa de informações. Isso afeta a prestação de contas à sociedade; a maioria dos entrevistados destaca que, não existe a efetiva e completa prestação de contas. Sendo assim, os procedimentos na gestão da UDESC ainda precisam ser desenvolvidos, melhorados e ampliados, para alcançar a *Accountability* (ROCZANSKI, 2009).

Entretanto, ao persistirem as buscas sobre o tema *Accountability* e Universidades Comunitárias no Estado do Rio Grande do Sul, não foi encontrado outro trabalho que abordasse a temática e este lócus de pesquisa, constatando-se assim, que a pesquisa conseguiu completar esta lacuna em trabalhos acadêmicos.

### **3.3 Abordagens conceituais básicas sobre responsabilidade social e balanço social**

No período neoliberal, em um contexto marcado por inúmeras ameaças e problemas sociais, como desigualdade, corrupção e alta taxa de desemprego, que o Brasil viu surgir os primeiros sinais da responsabilidade social. A partir daí as empresas iniciam seu comprometimento perante seus consumidores, de produtos e geração de processos que não impactassem negativamente o meio social e ambiental, indo além da missão econômica (MORCELLI; ÁVILA, 2016).

Para Oliveira (2008), o início da responsabilidade social no Brasil aconteceu a partir da criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que teve como fundador o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que proporcionou também, uma importante contribuição à área contábil, associando o balanço social à demonstração da responsabilidade pública e cidadã das empresas brasileiras.

No que se refere à responsabilidade social corporativa, merece destaque o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado para promover a cultura da gestão empresarial balizada por princípios éticos. Criado em 1998, o Instituto Ethos, tem por missão: “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente

responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”. (PORTAL INSTITUTO ETHOS, 2018).

No quadro 5 serão apresentados os conceitos de responsabilidade social nas empresas.

Quadro 5 - Conceitos sobre responsabilidade social nas empresas.

Autores	Definições
Drucker (1984)	A responsabilidade social ocorre em razão de a organização ser bem-sucedida, inserida num mercado em que cresce a necessidade de ser socialmente responsável, visando minimizar os problemas sociais.
Srouf (1998)	A responsabilidade social “reflete tanto um sentido de realidade quanto um olhar para o futuro... a responsabilidade social reflete em síntese a constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e a implementação de direitos sociais no âmbito externo”.
Garcia (1999)	A responsabilidade social corporativa envolve, por exemplo, tratar com dignidade seus funcionários, fabricar produtos ou prestar serviços com qualidade, veicular propaganda verdadeira, realizar limpeza no ambiente de trabalho, não sujar ruas ou dificultar o trânsito, colaborar com as causas da comunidade, não explorar mão de obra infantil, escrava ou incapaz de se defender.
Ashley (2002)	O conceito de responsabilidade social pode ser definido como o compromisso que uma organização tem com a sociedade, expresso por meio de atitudes que a afetem positiva e coerentemente no que se refere ao seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com ela.
Oliveira (2002)	A responsabilidade social pode ser entendida como “o objetivo social da empresa somando a sua atuação econômica. É a inserção da organização na sociedade como agente social e não somente econômico... é ser uma empresa cidadã que se preocupa com a qualidade de vida do homem na sua totalidade”.

Fonte: Responsabilidade Social, (MORCELLI; ÁVILA, 2016).

Ao entender em que contexto se iniciou as práticas de responsabilidade social e ao conhecer os conceitos citados, podemos concluir que a responsabilidade social reflete comportamentos de compromisso das organizações perante a sociedade.

Tais compromissos podem ser citados como: atenção com funcionários, qualidade nos produtos produzidos, integridade, honestidade, bons relacionamentos e ambientes permeados de respeito e colaboração, ou seja, a organização que trabalha desta forma, possui uma percepção responsável entre realidade e futuro.

Dentro do contexto acima, podemos acrescentar ainda conforme Ansoff (1991), que na Era Pós-Industrial as aspirações sociais transferem-se da “quantidade” para a “qualidade” de vida. As grandes empresas são questionadas pela “ética do conhecimento” e pela necessidade de um redirecionamento das prioridades sociais. A Responsabilidade Social Corporativa passa a ser cobrada e considerada como elemento fundamental nos processos de decisão.

No que diz respeito às questões relacionadas à desempenho e sustentabilidade, podemos concordar com Mendonça; Gonçalves (2004) *apud* Martinelli (1997), que afirma que a correta prática da responsabilidade social, pode proporcionar para a empresa: valor agregado à imagem corporativa da empresa; motivação do público interno; vantagem competitiva; facilidade no acesso ao capital e financiamento; reconhecimento dos dirigentes como líderes empresariais; melhoria do clima organizacional, dentre outros.

O conceito de responsabilidade social corporativa alcança uma abrangência que vai além de seus sócios e acionistas (*shareholders*), com os demais agentes que interagem (*stakeholders*) que são: empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidades. Explicitam, ademais, que este conceito expressa compromissos que vão além daqueles já compulsórios para as empresas, tais como o cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, da legislação ambiental, de usos do solo e outros. Expressa, assim, a adoção e a difusão de valores, condutas e procedimentos que induzem e estimulam o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais, para que também resultem em preservação e melhoria da qualidade de vida das sociedades, do ponto de vista ético, social e ambiental (TINOCO, 2002).

O demonstrativo que tem como objetivo evidenciar da forma mais transparente possível, as informações econômicas e sociais do desempenho das empresas ou entidades aos seus diversos stakeholders, é o balanço social. Conhecido também como relatório de sustentabilidade ou relatório de responsabilidade social, apresenta-se com crescente número de publicações, todavia, este ainda trata-se de um demonstrativo não obrigatório, mas incentivado. (LAN, BERNARDO, NAZARETH, MENDONÇA, 2011).

Os primeiros indícios de manifestações do comportamento social foram registrados a partir do século XX, mas somente na década de 60 nos Estados Unidos e na década de 70 na Europa que a sociedade buscou por uma maior responsabilidade social por parte das empresas,

a partir daí, consolidou-se a necessidade de divulgação de relatórios ou balanços sociais, sendo assim, o balanço social pode ser considerado uma demonstração financeira relativamente nova. TRENTIN, MOLINA, PAULINO (2017).

Em 1971, a companhia alemã Steag produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. Em 1972 a empresa Singer fez o assim chamado, primeiro balanço social da história das empresas. Em 1965, no Brasil, foi a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” que deu início a mentalidade a respeito do balanço social. No fim da década de 1970, acontecem as primeiras discussões sobre a ação social de empresas e a utilização de balanço social, apesar da ditadura militar, onde assuntos como transparência e participação suscitava mais medo e rejeição, do que adesões no meio empresarial. (IBASE HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL)

Na década de 1980, houve a elaboração de um modelo de Balanço Social pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides), mas só a partir do início da década de 1990 que algumas empresas passaram a acreditar e divulgar as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários(as) por meio de balanços e relatórios sociais. (IBASE HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL)

O primeiro documento brasileiro que assume o nome de Balanço Social é da empresa estatal Nitrofértil, situada na Bahia, realizado em 1984. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década, o Banespa publicou o seu em 1992, sendo estas, as empresas precursoras em balanço social no Brasil. (IBASE HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL)

A década de 1990 marcou o surgimento e a consolidação de diversas organizações para promover o tema da responsabilidade social empresarial e, a realização e publicação de balanço social anual na cultura das organizações empresariais brasileiras que sofreu diversas influências nacionais e internacionais. O primeiro documento brasileiro que assume o nome de Balanço Social é da empresa estatal Nitrofértil, situada na Bahia, realizado em 1984. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década, o Banespa publicou o seu em 1992, sendo estas, as empresas precursoras em balanço social no Brasil. (IBASE HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL)

Os principais fatores para a consolidação foram: a pressão por parte das agências internacionais; as campanhas de várias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental; a Constituição de 1988; o exemplo de programas educacionais, esportivos e de apoio cultural realizados por grandes empresas multinacionais e a atuação de grandes empresas públicas nacionais. O primeiro

documento brasileiro que assume o nome de Balanço Social é da empresa estatal Nitrofértil, situada na Bahia, realizado em 1984. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década, o Banespa publicou o seu em 1992, sendo estas, as empresas precursoras em balanço social no Brasil. (IBASE HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL)

Nessa época, houve, também, uma conjunção de interesses pessoais de alguns empresários, Estado e sociedade em virtude da crescente cobrança por parte da sociedade civil organizada e de grandes investidores e fornecedores, que buscavam novas práticas corporativas globais. Há uma grande disputa por novos modelos de desenvolvimento, produção e consumo; pressão pela saída do Estado de setores tradicionais de atuação e regulação; e reafirmação dos valores liberais e de mercado. O primeiro documento brasileiro que assume o nome de Balanço Social é da empresa estatal Nitrofértil, situada na Bahia, realizado em 1984. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década, o Banespa publicou o seu em 1992, sendo estas, as empresas precursoras em balanço social no Brasil. (IBASE HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL)

Como resposta, diversas empresas passaram a divulgar seus chamados relatórios ou balanços sociais anuais – alguns contendo descrições puramente meritórias sobre as ações realizadas para a comunidade, meio ambiente e em relação aos funcionários e às funcionárias. Inicialmente, os relatórios aparecem sob a forma de documentos internos e, em um segundo momento, são divulgados nos meios de comunicação e na própria publicidade corporativa. Todavia, ainda não existia nenhuma forma de padronização ou modelo mínimo comum adotado pelas empresas no Brasil. O primeiro documento brasileiro que assume o nome de Balanço Social é da empresa estatal Nitrofértil, situada na Bahia, realizado em 1984. No mesmo período, estava sendo realizado o Balanço Social do Sistema Telebrás, publicado em meados dessa década, o Banespa publicou o seu em 1992, sendo estas, as empresas precursoras em balanço social no Brasil. (IBASE HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL)

Em relação aos modelos mais adotados pelas empresas brasileiras são o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, o do Instituto Ethos e o da Global Reporting Initiative - GRI.

De acordo com Mareth, Salvalaio, Ribeiro (2010), a intenção dos institutos ao criar um modelo é permitir a comparabilidade entre empresas que adotem formatos similares de Balanço Social. Assim, as organizações buscam modelos que melhor demonstram a sua realidade com transparência e que sirvam como um canal de comunicação com os diversos públicos aos quais desejam atingir, estes demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 - Indicadores dos Modelos de Balanço Social IBASE, GRI e Ethos.

Mod./Carac.	IBASE	GRI	Ethos
Informação	Quantitativas	Qualitativas	Quantitativas e Qualitativas
Proposta	Informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade (RIBEIRO; ASPARINO, 2006, p. 6).	Conceito de relatório de sustentabilidade em termos de desempenho econômico, ambiental e social, permitindo equilíbrio entre as partes. Objetiva a melhoria da qualidade, o rigor e a aplicabilidade de relatórios de sustentabilidade (RIBEIRO; GASPARINO, 2006, p. 6-7).	Autoavaliação, abrangendo valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade (MARQUES; ALLEDI, 2004, p. 4).
Indicadores Econômicos	Dados sobre geração de receitas, resultado operacional e folha de pagamento bruta (CUNHA; RIBEIRO, 2004, p. 10).	Dados sobre o impacto econômico ocorrido diretamente sobre seus clientes, fornecedores, funcionários, investidores/acionistas e governo (MARQUES; ALLEDI, 2004, p. 3).	Dados sobre valor adicionado, produtividade e investimentos (MORAES; SOUSA, 2002, p. 22).
Indicadores Sociais	Dados sobre tributos e investimentos na comunidade e corpo funcional (CUNHA; RIBEIRO, 2004, p. 10).	Dados sobre o impacto da organização no meio social, práticas trabalhistas, direitos humanos, consumidores, comunidade e outros (MARQUES; ALLEDI, 2004, p. 3).	Dados sobre o bem-estar da força de trabalho, direitos do trabalhador e direitos humanos, investimentos na comunidade (MORAES; SOUSA, 2002, p. 22).
Indicadores Ambientais	Dados sobre investimentos em meio ambiente (produção, operação, programas e projetos) (CUNHA; RIBEIRO, 2004, p. 10).	Dados relatados em números absolutos, com ideia de escala, e recursos utilizados por unidade de produto permitindo a comparabilidade entre empresas (MARQUES; ALLEDI, 2004, p. 3).	Dados sobre impactos dos processos, produtos e serviços no ar, água, terra, biodiversidade e saúde (MORAES; SOUSA, 2002, p. 22).

Fonte: artigo BALANÇO SOCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL (Mareth, Salvailio, Ribeiro (2010).

O Balanço Social insere-se no contexto da *Accountability*, mostrando como a Contabilidade pode e deve em muito, enriquecer a informação que reporta a seus mais diferenciados usuários, parceiros de suas atividades, que buscam informação plena, justa e não enviesada (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Embora, conforme pode ser observado sobre a importância do Balanço Social e em relação a divulgação da forma transparente das ações de responsabilidade social das empresas, nem sempre essa prática consegue se configurar, conforme preconizam os autores:

A divulgação de informação na forma como é feita no Brasil não atende ao preceito básico de evidenciação da situação das organizações, registrando basicamente seus eventos operacionais, não captando a inserção das entidades na vida social, a forma como elas se relacionam com seus colaboradores, seus fornecedores, os usuários de seus serviços, o Governo, enfim, os parceiros de suas atividades, seus stakeholders. (Tinoco; Kraemer, 2004).

Deste modo, é necessário rever constantemente e avaliar as práticas da elaboração dos relatórios sociais, a fim de que os mesmos atendam as propostas de divulgação de forma transparente das ações de responsabilidade social das empresas.

## **4 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Este capítulo tem o objetivo de apresentar uma breve caracterização das universidades existentes no ensino superior brasileiro, as universidades públicas, privadas e as Instituições Comunitárias de Ensino Superior - as ICES, abordadas neste estudo.

Assim, o capítulo foi estruturado em quatro seções. A seção 4.1 Instituições de Ensino Superior brasileiras. A seção 4.2 Criação e Objetivos do Comung. A seção 4.3 Universidades Participantes do Comung e por fim a seção 4.4 A Lei que normatiza as ICES.

### **4.1 Instituições de Ensino Superior Brasileiras**

As Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras podem ser públicas ou privadas. As instituições públicas de ensino são aquelas mantidas pelo Poder Público (Federal, Estadual ou Municipal) e desta forma, são entidades financiadas pelo Estado e não cobram matrícula ou mensalidade. As IES privadas são administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro. As instituições privadas sem finalidade de lucro são: as comunitárias (que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade), as confessionais (atendem a determinada orientação confessional e ideológica); e filantrópicas, que prestam serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado (art. 20 da LDB).

### **4.2 Criação e Objetivos do Comung**

A palavra consórcio pode ser entendida como o agrupamento, associação, união de empresas ou entidades que realizam operações em comum, de acordo com Aurélio (2017). O Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas foi criado em 1993 e constituído oficialmente em 27 de abril de 1996, quando um grupo de instituições comunitárias do Rio Grande do Sul firmou um Protocolo de Ação Conjunta, com o objetivo de viabilizar um processo integrativo que resultasse no fortalecimento individual das instituições e no conseqüente favorecimento da comunidade universitária sul-rio-grandense e da sociedade gaúcha. (COMUNG, 2018).

O Comung representa a materialização de uma série de conquistas para as instituições: programas e experiências compartilhadas, avaliação institucional, intercâmbios de professores

e de alunos, qualificação e treinamento de funcionários e professores e fóruns de tecnologia da informação, além da integração entre diversos segmentos, como assessorias jurídicas, recursos humanos, assessorias de comunicação e bibliotecas, além de, promover a busca de forma conjunta, por meio de convênios e políticas públicas, incentivos à formação acadêmica da população, à promoção de atividades culturais e ao desenvolvimento de ações de inovação. (COMUNG, 2018).

### **4.3 Universidades participantes do Comung**

As Universidades Comunitárias de educação são as que não tem caráter lucrativo e reinvestem todos os resultados na própria atividade educacional. As universitárias comunitárias têm vocação pública: estão voltadas para o desenvolvimento das comunidades, e não, para o interesse pessoal ou particular. Para Vannucchi (2004), elas apresentam forte apelo social no ensino, na pesquisa e na extensão, voltados para a comunidade, e pelo seu poder instituidor (são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas), têm representantes comunitários em seu conselho. Assim, sem perder o objetivo de promover a educação, o termo ‘comunitárias’ caracteriza iniciativas diferentes, embora sempre com convergência nas necessidades, nos valores, nas motivações sociais, nos interesses ou nas práticas.

No estado do Rio Grande do Sul, o grupo de Instituições de Ensino Superior que constituem o Comung é formado por 15 ICES: Universidade Feevale, Universidade Franciscana – UFN, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Centro Universitário Metodista IPA, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Universidade de Caxias do Sul – UCS, Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Universidade La Salle, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Universidade de Passo Fundo – UPF e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

#### **4.3.1 Universidade Feevale – FEEVALE**

A Universidade Feevale nasceu com a denominação de Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo em 1970. Em 1999 foi elevada à condição de Centro Universitário e em 2010 foi credenciada como universidade. A Universidade Feevale construiu

sua identidade como Instituição Comunitária, regional e inovadora, profundamente comprometida com o desenvolvimento regional sustentável, buscando a melhoria da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e redução das desigualdades e das injustiças sociais, conforme apresenta o Quadro 7. (PDI 2016-2020).

Através da Portaria nº 661, de 05/11/2014, expedida pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC), a Universidade Feevale foi qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior. (PDI 2016-2020).

A Feevale tem forte inserção comunitária em função de sua origem e de sua atuação efetiva, comprometidas com o desenvolvimento regional tanto por meio da formação de recursos humanos quanto pelas atividades relacionadas à extensão, à pesquisa científica, à prestação de serviços aos setores público e privado e ao fomento à inovação tecnológica. (PDI 2016-2020).

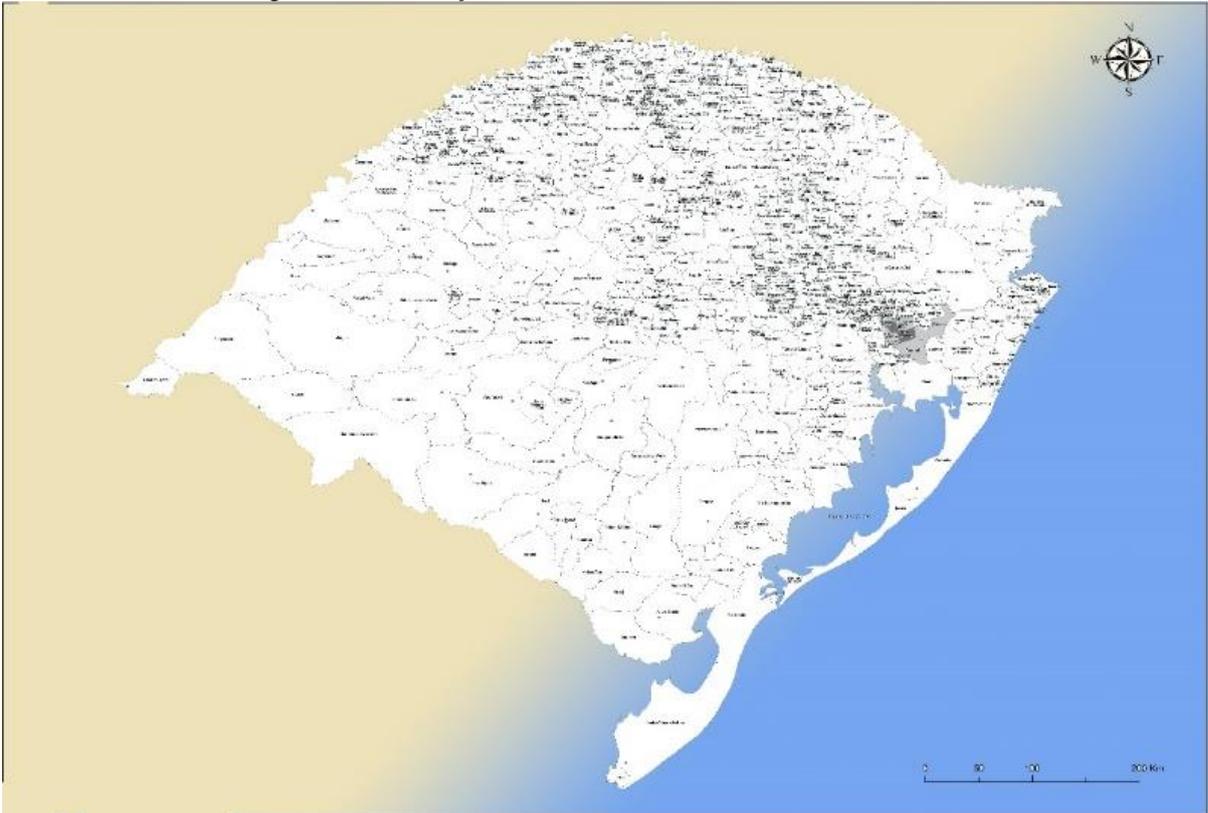
Quadro 7 – Visão, missão e compromisso social da Universidade Feevale.

Visão	Ser uma universidade reconhecida pela produção do conhecimento inovador e empreendedor.
Missão	Promover a produção do conhecimento, a formação dos indivíduos e a democratização do saber, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.
Compromisso Social	Produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento.

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI (2016-2020) da Universidade Feevale (2018).

A Universidade Feevale está localizada na região do Vale do Rio dos Sinos, no município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul. Esta região pertence ao Corede (Conselho Regional de Desenvolvimento) Vale do Rio dos Sinos, sendo que é composto por quatorze municípios: Araricá, Nova Hartz, Ivoti, Nova Santa Rita, Dois Irmãos, Portão, Estância Velha, Campo Bom, Sapiranga, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Canoas, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Localização da Feevale no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Desta forma, apresenta-se a Universidade Feevale, Instituição de caráter comunitário que expressa claramente seus principais ideais, missão e visão, acompanhados de um consciente pensamento de responsabilidade para além de seus alunos, mas preocupada em responder todos os desafios e melhorar a região, sua comunidade e sociedade em geral.

#### 4.3.2 Centro Universitário Metodista - IPA

Pertencente a Rede Metodista de Educação, o Centro Universitário Metodista – IPA é uma instituição de educação superior comunitária. É credenciada pela Portaria MEC nº 3.186, de 08 de outubro de 2004, publicada no DOU nº 196, de 11 de outubro de 2004. Sua mantenedora, o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópicos, com fins não econômicos, apresentado no Quadro 8. (PE 2018).

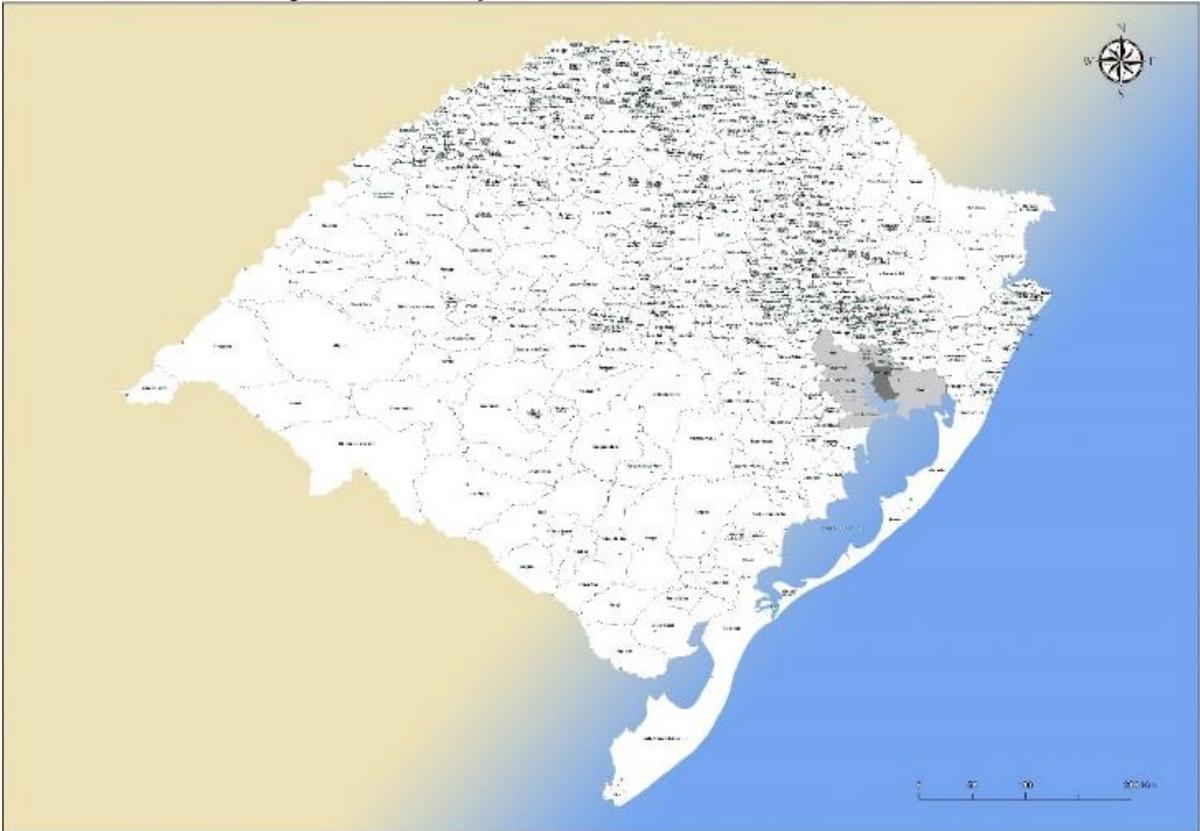
Quadro 8 – Visão, missão e responsabilidade social do Centro Universitário Metodista – IPA.

Visão	Ser referência de Centro Universitário Metodista, eticamente engajado na inclusão social, que forma agentes de transformação por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como consolidar a modalidade de Educação a Distância – EAD como estratégia de inclusão social, trabalhando de forma indissociável a interdisciplinaridade e a multi-institucionalidade, na cidade de Porto Alegre, na Região Sul e no Brasil.
Missão	Produzir, desenvolver, divulgar e preservar ciência, tecnologia e cultura visando ao desenvolvimento da consciência crítica e do compromisso com a transformação da sociedade segundo os princípios metodistas, fortalecendo os laços comunitários, expandindo a educação nas áreas desfavorecidas através de ações que promovam a vida.
Responsabilidade Social	O envolvimento com a comunidade e suas ações de interesse em contribuir com ações que desenvolvam a responsabilidade social da instituição perante a comunidade tendo ações de responsabilidade social universitária, focada no desenvolvimento local de territórios.

Fonte: Elaborado pela autora com base no PE (2018) do Centro Universitário Metodista - IPA.

O Centro Universitário Metodista – IPA possui sua sede na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, a qual pertence ao Corede Metropolitano Delta do Jacuí que abrange 10 municípios: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Viamão, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Localização do IPA no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O Centro Universitário Metodista – IPA possui sua sede na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, a qual pertence ao Corede Metropolitano Delta do Jacuí que abrange 10 municípios: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Viamão.

#### 4.3.3 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul é uma Instituição católica e comunitária de educação superior, sem fins lucrativos, mantém vínculo jurídico com sua mantenedora, a União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA, entidade jurídica de direito privado. É regida por seu Estatuto, por seu Regimento Geral e pelas normas jurídicas em vigor, tendo como referência de sua identidade: “a fé cristã e a tradição educativa marista, e atuando constantemente na promoção e proteção do ser humano, da vida e do ambiente”, apresentado no Quadro 9. (PE, 2016-2022).

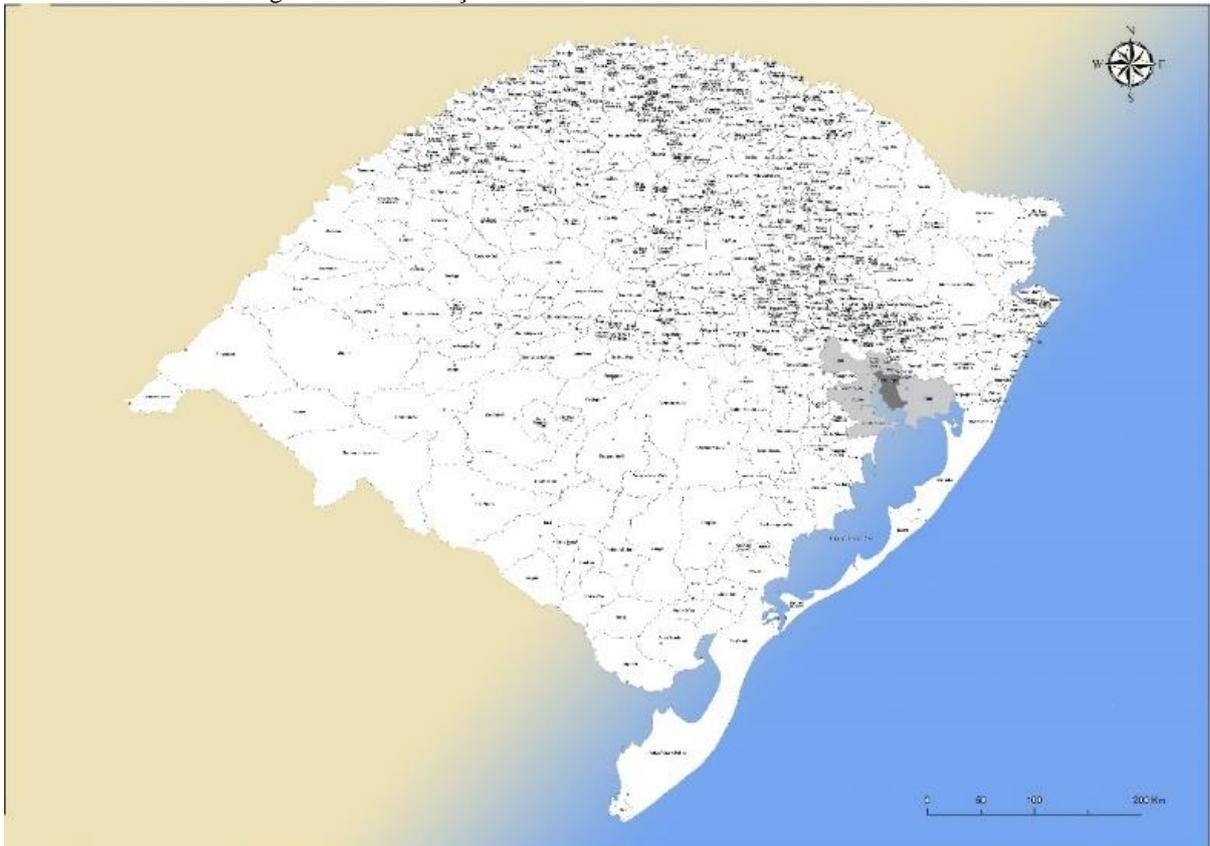
Quadro 9 - Visão, missão e responsabilidade social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Visão	Em 2022, a PUCRS, em conformidade com a sua Missão, será referência internacional em Educação Superior por meio da Inovação e do Desenvolvimento social, ambiental, científico, cultural e econômico. (Plano Estratégico PUCRS 2016-2022, p.11)
Missão	A PUCRS, fundamentada nos direitos humanos, nos princípios do cristianismo e na tradição educativa marista, tem por Missão produzir e difundir conhecimento e promover a formação humana e profissional, orientada pela qualidade e pela relevância, visando ao desenvolvimento de uma sociedade justa e fraterna. (Plano Estratégico PUCRS 2016-2022, p.11)
Responsabilidade Social	Contribuir, no contexto da interação Universidade-Empresa- Governo- Sociedade, para o desenvolvimento social, ambiental, cultural e econômico. Este objetivo está relacionado com a inserção cada vez mais efetiva, da Universidade no tecido social de nossa comunidade, buscando maior interação e sinergia nas ações com os demais atores relevantes no contexto da quádrupla hélice (Universidade-Empresa- Governo-Sociedade), tendo em vista o protagonismo no desenvolvimento integral da região e na melhoria da qualidade de vida de nossa comunidade. (Plano Estratégico PUCRS 2016-2022, p.18)

Fonte: Elaborado pela autora com base no Plano Estratégico PUCRS (2016-2022).

Desde 2003, a universidade elabora seu Relatório Social onde apresenta as iniciativas junto aos seus públicos de relacionamento e também traz o resgate das atividades desenvolvidas pela Instituição no exercício anterior ao vigente. Expõe suas ações voltadas ao benefício de alunos, docentes, técnicos administrativos e sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e das inúmeras atividades no campo da extensão, bem como as iniciativas de preservação ambiental, localizada conforme a Figura 4.

Figura 4 – Localização da PUCRS no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Sua estrutura física constitui-se pelo Campus Central, em Porto Alegre, e por outra unidade chamada Tecnopuc, na cidade de Viamão-RS, na Região Metropolitana de Porto Alegre - RS.

#### 4.3.4 Universidade Franciscana - UFN

A Universidade Franciscana - UFN está localizada à rua dos Andradas nº 1.614, centro, na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Conta, também, com mais duas unidades localizadas na Rua Silva Jardim nº 1.323 e na Rua Silva Jardim nº 1.175, Além do Hospital São Francisco de Assis, localizado na Rua Joana D'arc nº 465, com todas as suas unidades estão localizadas no município de Santa Maria.

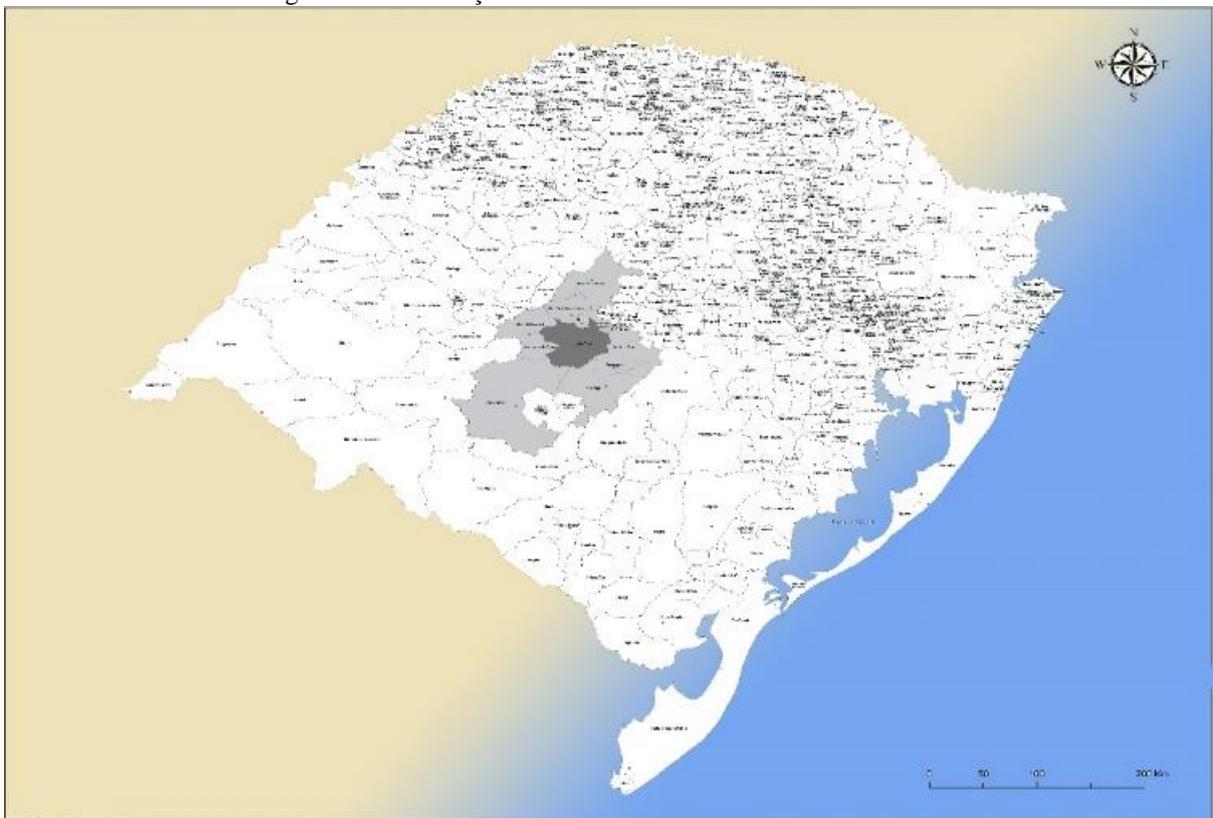
A UFN é uma instituição de educação superior comunitária e filantrópica, de direito privado sem fins lucrativos, credenciada como Centro Universitário pelo Decreto s/nº, de 30/09/1998, publicada no DOU de 01/10/1998, e recredenciada pela Portaria MEC nº 259, de 23/03/2018, DOU em 23/03/2018 e conforme dados do Quadro 10.

Quadro 10 – Visão, missão e responsabilidade social da Universidade Franciscana – UFN.

Visão	Não está disponível no Portal o conceito e nem o PDI.
Missão	Promover a formação humana e profissional comprometida com a produção e a socialização do saber para o desenvolvimento da sociedade.
Responsabilidade Social	Alicerçado nos princípios franciscanos, tem por missão promover a formação humana e profissional comprometida com a produção e a socialização do saber para o desenvolvimento da sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da UFN (2018).

Figura 5 – Localização da UFN no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A Universidade Franciscana está localizada na cidade de Santa Maria, na região central do estado do Rio Grande do Sul. A cidade de Santa Maria pertence ao Corede Central, composto pelos municípios de: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã, conforme ilustra a Figura 5.

#### 4.3.5 Universidade Católica de Pelotas - UCPEL

A história da UCPEL começou com a faculdade de Ciências Econômicas, em 1937, nas dependências do Colégio Gonzaga. Em 1951, inicia-se o processo de criação de uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contou com o apoio do Bispo Diocesano Dom Antônio Zattera. O dia 07 de outubro de 1960 foi marcado pela assinatura do presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira que assinou o decreto nº 49.088, oficializando a criação da UCPEL, a primeira Universidade do interior do Rio Grande do Sul. (PDI 2017).

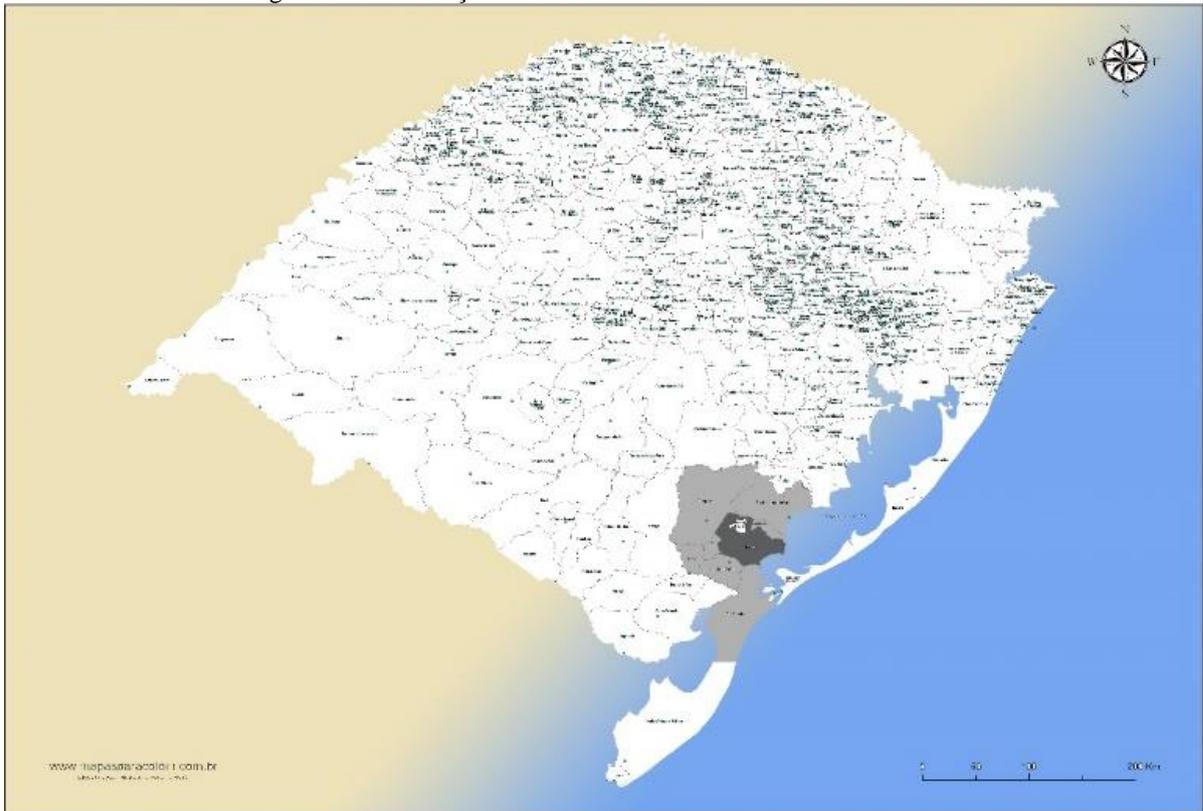
Com seu perfil comunitário e sua histórica trajetória de relacionamento com a comunidade, a Universidade Católica de Pelotas destina parte de sua receita às atividades de educação e assistência social, como bolsas de estudo, atendimento gratuito em hospitais, clínicas, assistência judiciária, entre outros serviços. Dedicar-se ao ensino, à pesquisa e à extensão, sempre com a tradição de realizar a formação de profissionais éticos e de consolidar uma infraestrutura em constante aperfeiçoamento para embasar as ações desenvolvidas nas diversas áreas do conhecimento, conforme mostra Quadro 11.

Quadro 11 – Visão, missão e responsabilidade social da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL.

Visão	Ser uma universidade de qualidade reconhecida, centro de referência de conhecimento em educação, saúde, negócios e tecnologia, alicerçados na inovação, na gestão sustentável e participativa, contribuindo para a promoção social e cultural e desenvolvimento local e regional.
Missão	Investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento para formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos, a serviço da pessoa e da sociedade.
Responsabilidade Social	Organizar-se como comunidade solidária e fraterna a serviço da comunidade social circundante”. (PDI 2013-2017, p.23).

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI da UCPEL (2017).

Figura 6 – Localização da UCPEL no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A Universidade Católica de Pelotas, a UCPEL, está localizada na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, no município de Pelotas. A cidade de Pelotas pertence ao Corede Sul, composto pelas cidades: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares, Turuçu, conforme ilustra a Figura 6.

#### 4.3.6 Universidade de Caxias do Sul - UCS

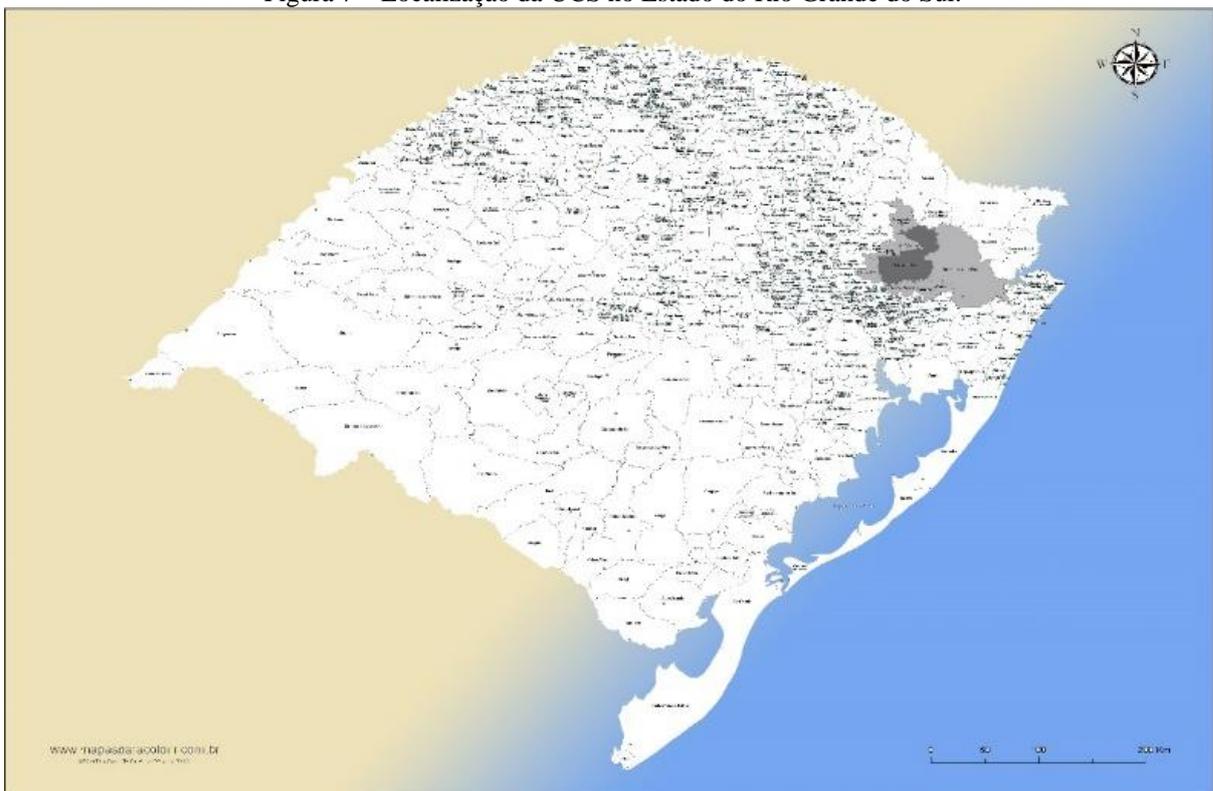
A UCS é uma Instituição Comunitária de Educação Superior, e tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. Com sua característica comunitária, sem fins lucrativos, realiza o reinvestimento do resultado financeiro na qualificação da própria estrutura, recursos e serviços, sendo assim, realiza também inúmeras parcerias com os mais importantes órgãos governamentais, instituições públicas e privadas representantes da comunidade regional, Quadro12. (PDI, 2018).

Quadro 12 – Visão, missão e política da Universidade de Caxias do Sul – UCS.

Visão	“ser indispensável para o desenvolvimento sustentado no conhecimento”.
Missão	“produzir, sistematizar e socializar o conhecimento com qualidade e relevância para o desenvolvimento sustentável”
Responsabilidade Social	“As ações de responsabilidade social desenvolvidas pela instituição têm o objetivo de discutir, conscientizar e implantar ações efetivas de boas práticas ambientais. Envolve desde a racionalização do uso de materiais, água e energia, gerenciamento de resíduos, tratamento de efluentes até planejamento ambiental e manejo da cobertura vegetal. O Programa de Gerenciamento Ambiental de todos os campi e espaços ocupados pelas mantidas da Fundação Universidade de Caxias do Sul (FUCS) é promovido pelo Instituto de Saneamento Ambiental (ISAM) e visa educar, esclarecer e capacitar a comunidade acadêmica buscando a melhoria contínua da qualidade de vida no trabalho e a minimização de impactos ambientais.”

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da UCS (2018).

Figura 7 – Localização da UCS no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A Universidade de Caxias do Sul, com sua sede em Caxias do Sul, possui atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, abrangendo 70 municípios em uma região com a população de 1,3 milhão de habitantes, unidades universitárias em 8 cidades – Caxias do

Sul, Bento Gonçalves, Vacaria, São Sebastião do Caí, Canela, Farroupilha, Guaporé e Nova Prata, apresentado na Figura 7.

#### 4.3.7 Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da Unicruz (2018), demonstrado no Quadro 13. Suas atividades estão presentes na região desde 1947, com a Associação de Professores da Escola Técnica de Comércio "Cruz Alta". A Associação iniciou suas ações como mantenedora do Curso Técnico em Contabilidade. Em 1958, a entidade passou a denominar-se Associação dos Professores de Cruz Alta - Aprocruz, constituída por Faculdades Isoladas. A primeira criada foi a Faculdade de Ciências Econômicas, (1958) e, na sequência, vieram a de Direito (1968), a de Filosofia, Ciências e Letras (1969) e a de Educação Física (1972).

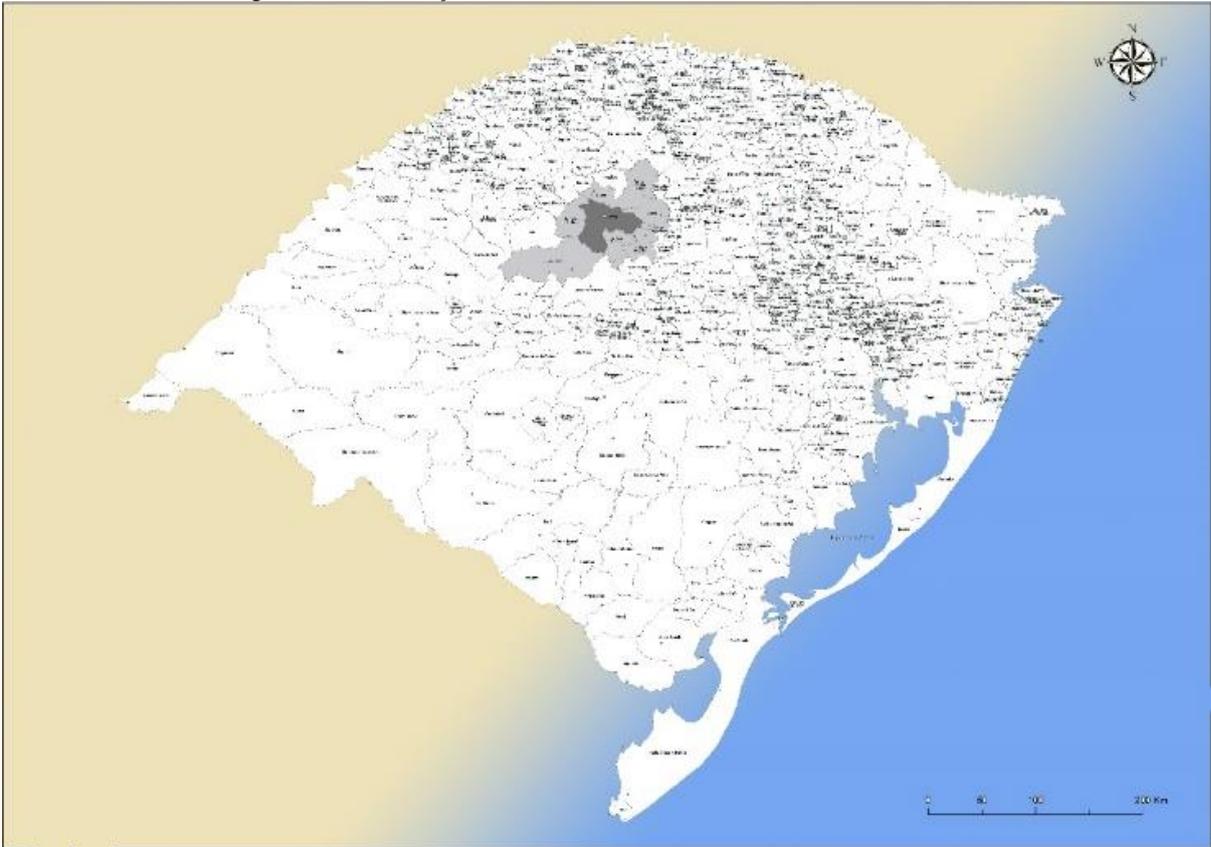
A Universidade de Cruz Alta é uma Instituição Comunitária de Educação Superior, prestadora de assistência educacional, mantida e administrada pela Fundação Universidade de Cruz Alta. Foi criada pelo decreto nº 97.000, de 21 de outubro de 1988 e reconhecida pela Portaria Ministerial nº 1.704/93, de 03 de dezembro de 1993 e recredenciada em 2013.

Quadro 13 – Visão, missão e política da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

Visão/Valores	Compromisso Social; Plano de Desenvolvimento Institucional; Democracia; Educação; Ética; Inovação e Desenvolvimento; Justiça; Liberdade; Respeito às diversidades e Responsabilidade Social.
Missão	A Universidade de Cruz Alta tem como missão a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.
Responsabilidade Social	“Universidade de Cruz Alta produz e socializa o conhecimento científico, tecnológico, mas também humanístico, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.”

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI da UNICRUZ (2018-2022).

Figura 8 – Localização da UNICRUZ no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A Universidade de Cruz Alta está localizada na cidade de Cruz Alta no Estado do Rio Grande do Sul que pertence ao Corede Alto Jacuí que abrange os municípios de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Cruz Alta, Colorado, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera, ilustrada na Figura 8.

#### 4.3.8 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ

Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da UNIJUI (2018), apresentado no Quadro 14. A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a UNIJUI nasceu da iniciativa da comunidade e da Ordem dos Frades Franciscanos (Capuchinhos), que desencadearam um movimento em busca da habilitação legal para o trabalho pedagógico, atuação no ensino secundário e implantação do ensino superior. O movimento iniciado por volta dos anos 50 teve como resultado, em 1956 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), pioneira no ensino superior da região noroeste do estado.

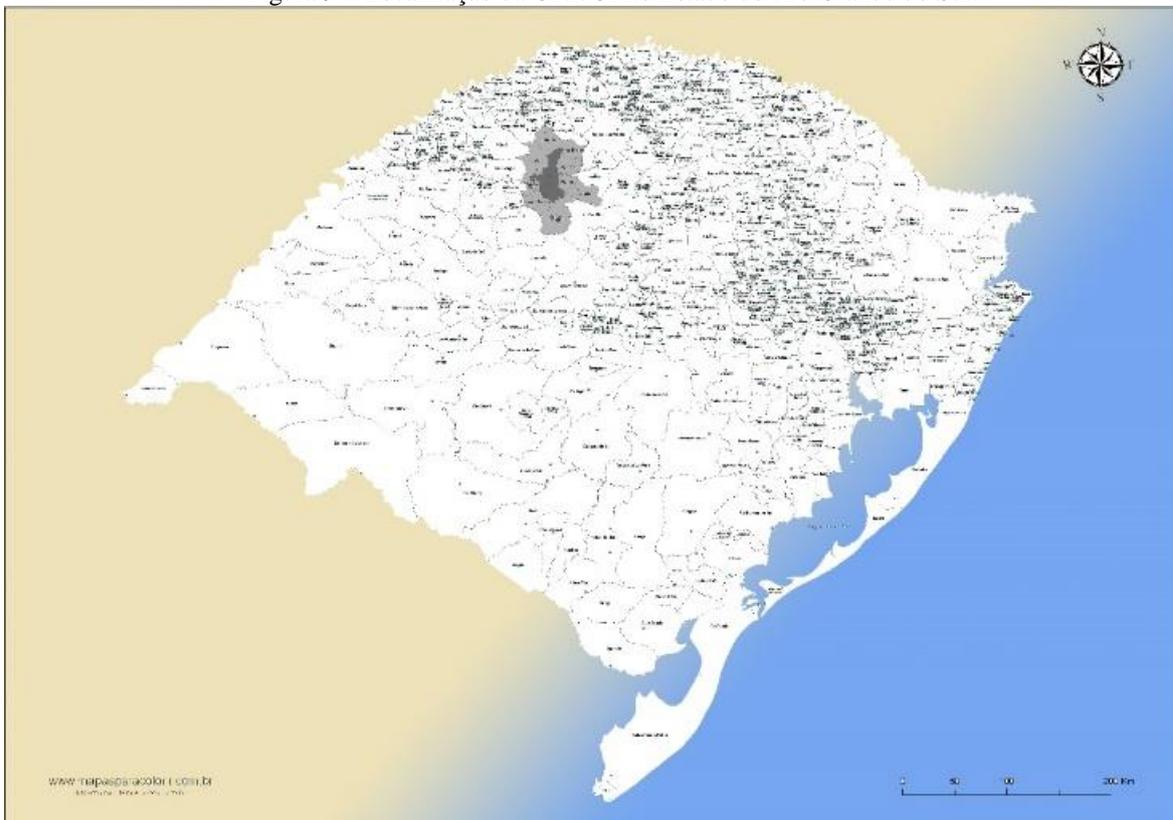
A partir de 1969 a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE) recebe o patrimônio da FAFI torna-se mantenedora, até os dias atuais da UNIJUÍ, do Museu Antropológico Diretor Pestana, do Centro de Educação Básica Francisco de Assis e Rádio Educativa UNIJUÍ. A UNIJUÍ possui Campus nas cidades de Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos, apresenta a Figura 9.

Quadro 14 – Visão, missão e política da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

Visão	“consolidar-se como universidade comunitária, pública não-estatal, referenciada pela excelência e organicidade de suas ações e integrada ao processo de desenvolvimento da região”. E como propósito: “participar do processo de desenvolvimento da região pela educação superior”.
Missão	“formar e qualificar profissionais com excelência e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região”.
Responsabilidade Social	“Participar do processo de desenvolvimento da região pela educação superior.”

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da UNIJUÍ (2018).

Figura 9 – Localização da UNIJUÍ no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A área de atuação da FIDENE/UNIJUÍ abrange 55 municípios do Estado, que integram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Corede): Corede Noroeste Colonial, Corede Celeiro e Corede Fronteira Noroeste, compreendendo uma população de aproximadamente 656 mil pessoas.

#### 4.3.9 Universidade La Salle - UNILASALLE

Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da UNILASALLE (2018), conforme Quadro 15. A UNILASALLE que está localizada na região central de Canoas, oferece cursos de graduação, especialização, MBA, Mestrado e Extensão. Na cidade de Estrela oferece cursos de graduação, especialização, MBA e extensão. Em Caxias do Sul oferece cursos de Graduação (bacharelado e tecnólogo) e Pós-Graduação Lato Sensu.

As primeiras comunidades educativas Lassalistas iniciaram no Brasil em 1907, em Porto Alegre quando um grupo de 12 Irmãos Lassalistas chegaram ao Brasil a convite de Arquidiocese de Porto Alegre. Após 30 anos de muito trabalho na Região Sul, sua missão expandiu-se em direção ao centro do país e atualmente estão presentes em 10 estados brasileiros e no Distrito Federal.

De acordo com o Portal da UNILASALLE (2018):

A Educação Superior da rede La Salle promove a formação e o desenvolvimento das pessoas, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Assume o compromisso de desenvolver ações educativas dinâmicas e participativas, oportunizando ao acadêmico a produção, a apropriação e a socialização do conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e de competências necessárias para a compreensão da realidade que o cerca, para a atuação profissional e a inserção no mercado de trabalho. A Educação Superior lassalista incentiva a pesquisa e a iniciação científica, a mobilidade acadêmica nacional e internacional, a vivência experimental de situações completas de atuação profissional e a formação continuada.

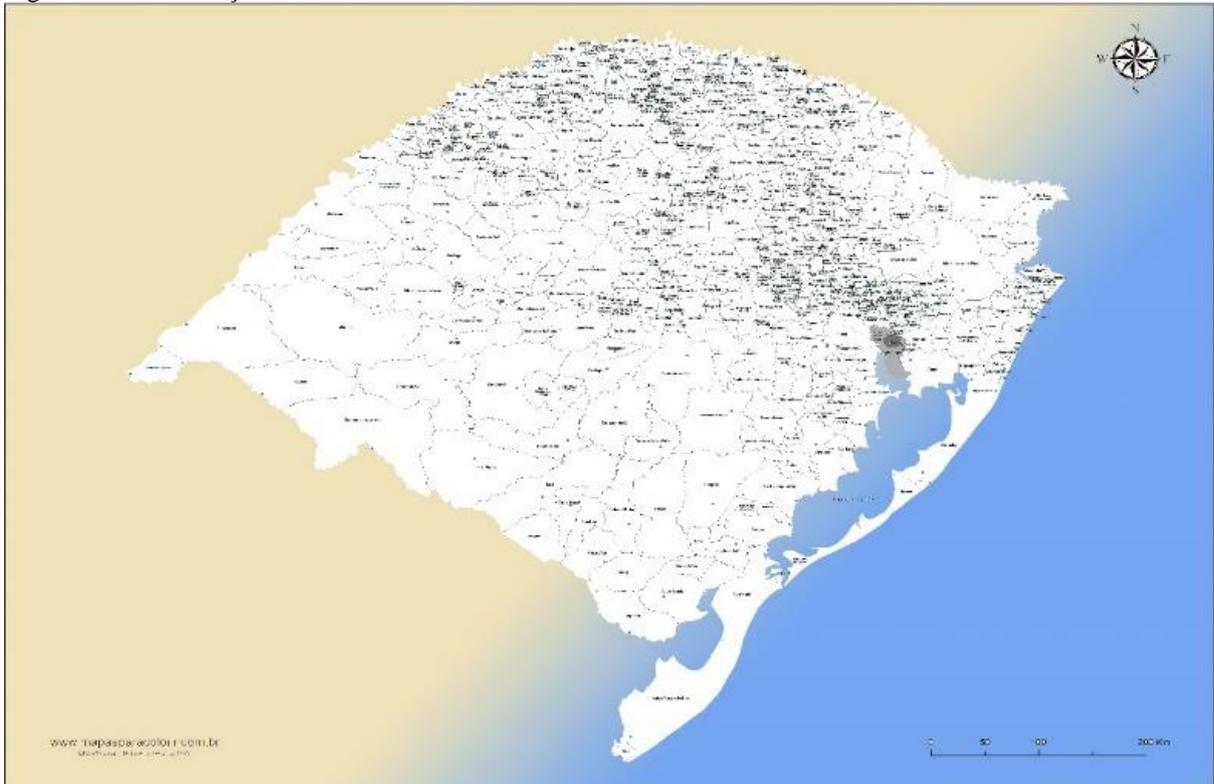
Quadro 15 – Visão, missão e política da Universidade La Salle – UNILASALLE.

Visão	“ser em 2025, uma Universidade reconhecida pela excelência acadêmica, pela sustentabilidade e pela internacionalização”
Missão	“promover a formação integral e continuada da pessoa, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão de excelência, para o desenvolvimento sustentável da sociedade, fundamentado nos princípios e na tradição e nos princípios cristão-lassalistas”
Responsabilidade Social	“A preocupação com a Responsabilidade Social e com o fortalecimento do desenvolvimento nos diferentes âmbitos é marca histórica da instituição, especialmente, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.”

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI (2014-2018).

Como princípios, a Universidade inclui: Inspiração e vivência cristã-lassalistas; indissociabilidade do Ensino, a Pesquisa e da Extensão; Educação continuada; Valorização das pessoas; Gestão sustentável; Inovação, criatividade e empreendedorismo; Qualidade de vida no trabalho; Trabalho em rede; Valorização das parcerias e Internacionalização; Consolidação da Identidade católica-comunitária”.

Figura 10 – Localização da Universidade LA SALLE no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

A Universidade La Salle está localizada na região central de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, e atualmente, a rede La Salle possui três instituições no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Canoas, Estrela e Caxias do Sul, ilustra a Figura 10.

#### 4.3.10 Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da UNISC (2018). A Universidade de Santa Cruz do Sul foi criada em 1993 e é mantida pela Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul – APESC (fundada em 1962), entidade filantrópica que surgiu através da iniciativa de entidades da sociedade civil e de instituições públicas locais, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, concedido pelo Ministério da Educação.

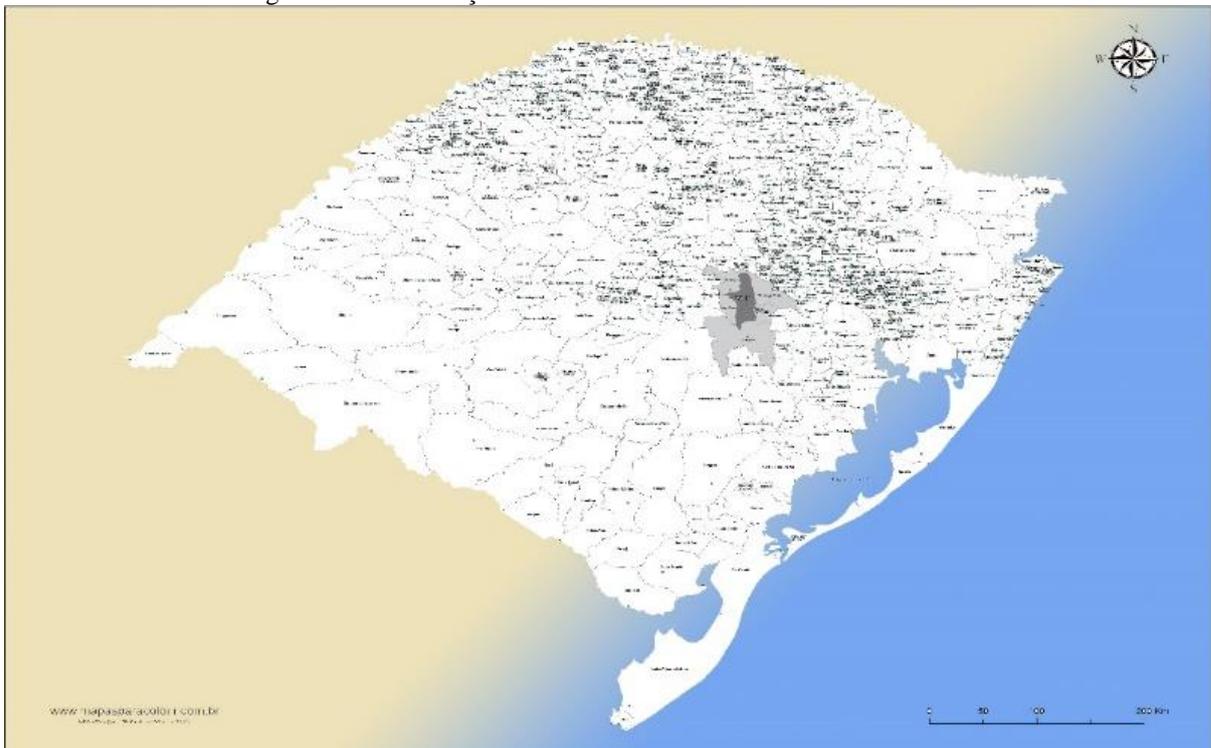
É conhecida pela caridade, pelo humanismo, pela inovação, pelo trabalho da região onde está inserida e também pela busca na qualidade e seu compromisso com a ética e com a solidariedade, demonstra o Quadro 16.

Quadro 16 – Visão, missão e política da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Visão	“Ser uma universidade comunitária e democrática, reconhecida por relevantes contribuições ao desenvolvimento, capaz de responder de forma criativa e dinâmica às transformações do contexto social”.
Missão	“produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, visando à formação de cidadãos livres, capazes e solidários, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável”
Responsabilidade Social	“Compromisso com a responsabilidade social e ambiental, que se expressa por meio dos currículos e de ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, realizadas coerentemente em relação aos objetivos e valores institucionais, com respeito, diálogo e transparência para com a sociedade.”

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da UNISC (2018).

Figura 11 – Localização da UNISC no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A Universidade de Santa Cruz está localizada no município de Santa Cruz do Sul, na região do Vale do Rio Pardo, sendo assim, pertencente ao Corede Vale do Rio Pardo. A

universidade possui campi nos municípios de Santa Cruz do Sul (Sede), Capão da Canoa, Sobradinho, Venâncio Aires e Montenegro, ilustra a Figura 11.

#### 4.3.11 Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS

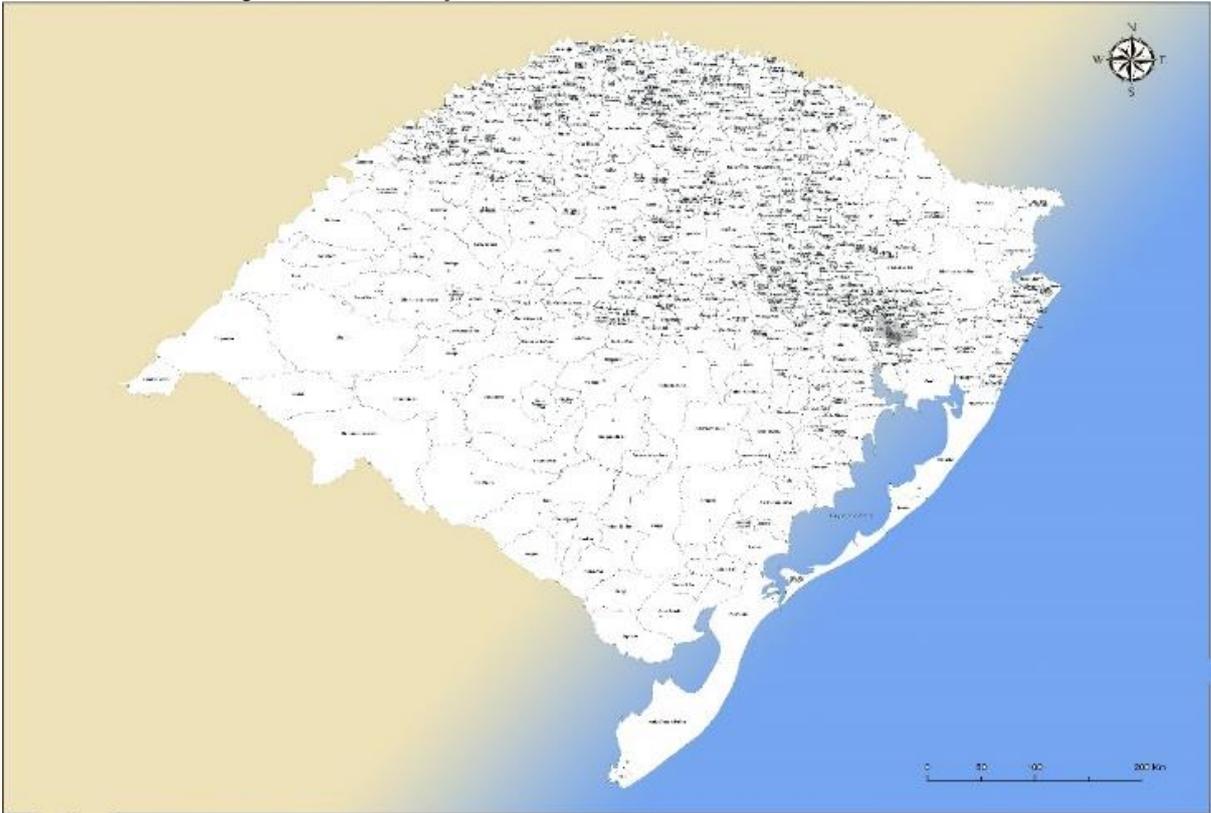
Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da UNISINOS (2018), apresentados no Quadro 17. A Universidade do Vale dos Sinos é mantida pela Associação Antônio Vieira (ASAV), entidade sem fins lucrativos, fundada em 4 de novembro de 1899, mantenedora de 21 unidades no Brasil. São instituições de ensino e entidades de assistência social, dentre as quais estão a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo e Porto Alegre) e os colégios Anchieta (Porto Alegre/RS).

Quadro 17 – Visão, missão e política da Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS.

Visão	“Ser uma universidade global de pesquisa”. E o credo: “A Unisinos crê que seu compromisso fundamental com a sociedade é promover a cultura do ser humano, que provém do ser humano e é para o ser humano”.
Missão	“promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, mediante a produção de conhecimento, o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade”
Responsabilidade Social	“Orientação para os destinatários da missão educacional da Universidade, para a qualidade e inovação em seus produtos e serviços e para a evolução das exigências sociais e do mundo do trabalho.”

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da UNISINOS (2018).

Figura 12 – Localização da UNISINOS no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) está presente em oito estados do país, com campi em São Leopoldo e Porto Alegre, unidades em Caxias do Sul, São Paulo e Belo Horizonte, além de polos EAD no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Piauí, ilustra a Figura 12.

#### 4.3.12 Universidade Univates - UNIVATES

Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da Univates (2018), apresenta ao Quadro 18. A Univates está localizada na cidade de Lajeado – RS e teve suas origens a partir de 1969, quando surgiram nesta cidade os primeiros cursos superiores, como extensão da Universidade de Caxias do Sul, passando para uma fundação local em 1972.

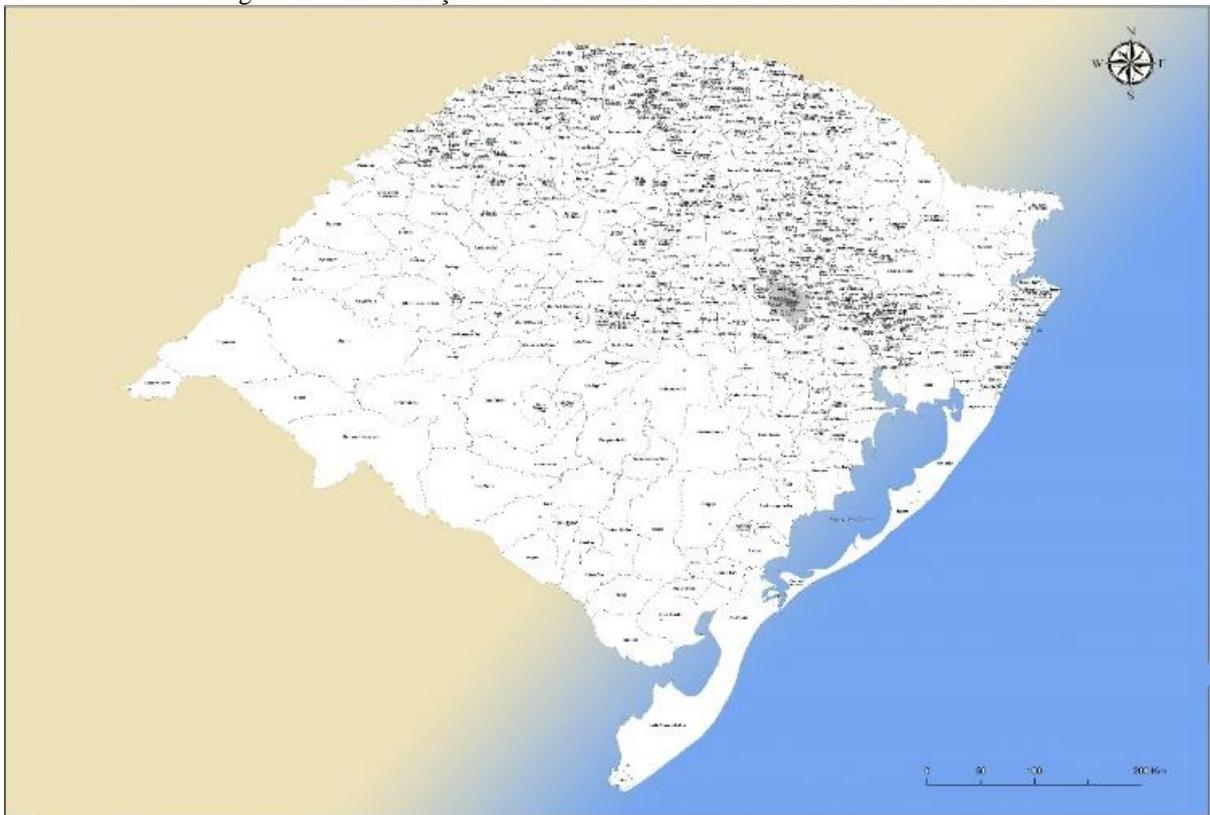
Em 1997, surge a Univates, oriunda da fusão das duas faculdades então existentes. Em 1999, a Univates – mantida pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (FUVATES) – foi credenciada como Centro Universitário.

Quadro 18 – Visão, missão e política da Universidade Univates – UNIVATES.

Visão	“ser uma universidade tecnológica de impacto econômico, social e cultural”.
Missão	“gerar, mediar e difundir o conhecimento técnico-científico e humanístico, considerando as especificidades e as necessidades da realidade regional, inseridas no contexto universal, com vistas à expansão contínua e equilibrada da qualidade de vida”.
Responsabilidade Social	Como princípios, destacam-se: “a pluralidade, a liberdade, a autonomia intelectual, a natureza comunitária, a responsabilidade socioambiental, a autossustentabilidade, a excelência acadêmica, a formação integral, a transparência, a associativismo, a justiça e a equidade.

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI da Univates (2010 -2021).

Figura 13 – Localização da UNIVATES no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A Univates está localizada na cidade de Lajeado, na região central do Rio Grande do Sul a região do Vale do Taquari, formada por 36 municípios, que totalizam uma área de 4.826,7 Km<sup>2</sup> (1,71% do Estado), ilustra a Figura 13. Em 2014, conforme a população estimada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Região contava com 348.435 habitantes (3,11% da população gaúcha), grande maioria de origem alemã, italiana ou açoriana.

#### 4.3.13 Universidade de Passo Fundo - UPF

Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da UPF (2018). A Universidade de Passo Fundo teve seu decreto de reconhecimento assinado no dia 2 de abril de 1968 e este decreto foi publicado no Diário Oficial da União no dia 6 de junho de 1968, data em que se comemora o aniversário da Instituição.

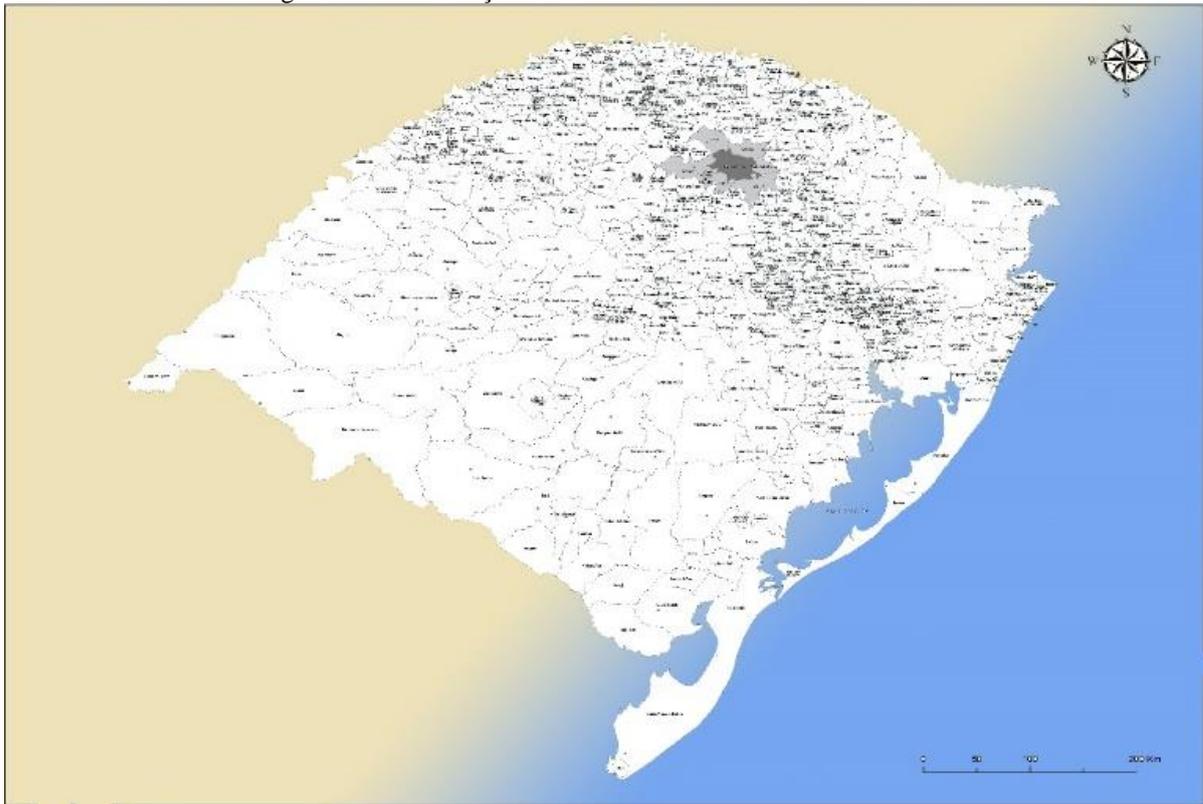
A Instituição é de caráter filantrópico e comunitário, não está vinculada a confissões religiosas, órgãos públicos ou agremiações e sua arrecadação é reinvestida na própria Universidade. A UPF tem suas ações norteadas e sustentadas por quatro pilares: ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, apresenta o Quadro 19.

Quadro 19 – Visão, missão e política da Universidade de Passo Fundo – UPF.

Visão	“consolidar-se como universidade comunitária regional, pública não estatal, de excelência, por meio do reconhecimento de sua qualidade, valores acadêmicos, seu compromisso social e suas ações inovadoras e sustentáveis”.
Missão	“produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuarem como agentes de transformação”.
Responsabilidade Social	A Política de Responsabilidade Social da UPF é alicerçada no Planejamento Estratégico, no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). As discussões e as ações que envolvem seu desenvolvimento são orientadas pelo objetivo geral de “implementar na Instituição um sistema de governança organizacional baseado nos princípios e diretrizes de responsabilidade social definidos institucionalmente, o qual possibilite tomar decisões e realizar ações de identificação dos impactos sociais, ambientais e econômicos no contexto de atuação institucional, promovendo a cidadania, os direitos humanos e a sustentabilidade para as atuais e futuras gerações.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da UPF (2018).

Figura 14 – Localização da UPF no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A Universidade de Passo Fundo está localizada na região norte do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Passo Fundo, pertencente ao Corede Norte, que possui uma população total de 228.501 habitantes, conforme ilustra a Figura 14.

#### 4.3.14 Universidade da Região da Campanha - URCAMP

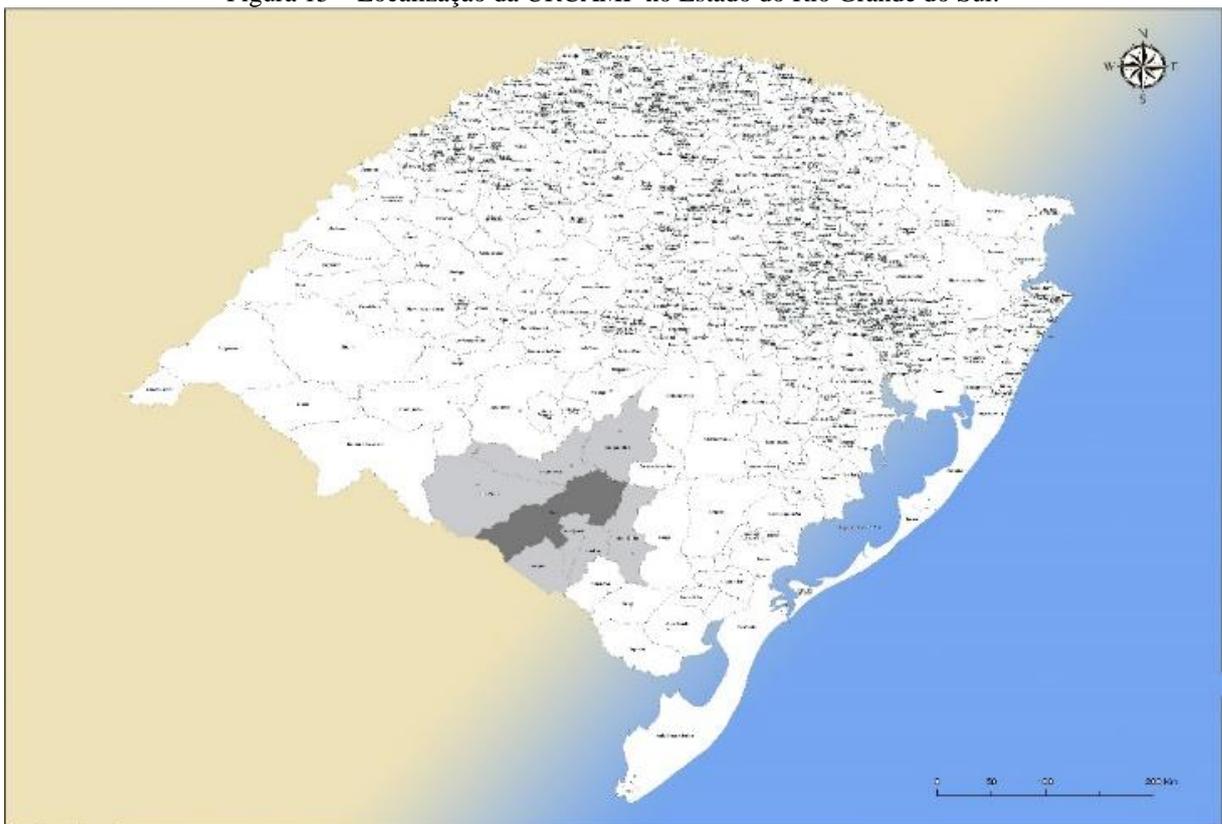
Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da URCAMP (2018), apresentados no Quadro 20. A instituição teve seu reconhecimento como Universidade através da Portaria 052 de 16 de fevereiro de 1989 que a denominou Universidade da Região da Campanha URCAMP. De caráter comunitário, a URCAMP é mantida pela Fundação Atilla Taborda e beneficia a sua comunidade regional que abrange a região da campanha e a região da fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul. Atua como agente formadora de profissionais para atuar nas diversas áreas do saber, ocupa-se em aprimorar e intensificar o ensino, aliando-o à pesquisa e à extensão.

Quadro 20 – Visão, missão e política da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

Visão	“objetiva a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento regional, com uma percepção global da sociedade nas dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais, através do ensino, da pesquisa e da extensão”.
Missão	“Produzir e socializar o conhecimento para a formação de sujeitos socialmente responsáveis que contribuam para o desenvolvimento global.”
Responsabilidade Social	Valorização do homem consciente, crítico e comprometido consigo mesmo e com os outros; Primazia do bem comum sobre os interesses individuais, num espírito; essencialmente democrático; Educação transformadora nas dimensões de compreensão e de intervenção na realidade; Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, garantindo a liberdade de ensino, de pesquisa e de extensão em todas as áreas do conhecimento; Relação entre compromisso universal e vocação regional da instituição”.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da Urcamp (2018).

Figura 15 – Localização da URCAMP no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A Universidade da Região da Campanha possui seu campus sede na cidade de Bagé-RS e possui demais campis nas cidades de Alegrete, São Borja, Caçapava do Sul, São Gabriel, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Itaqui, apresenta a Figura 15.

#### 4.3.15 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI

Os dados apresentados neste subitem têm como fonte de referência o Portal da Uri (2018), demonstra o Quadro 21. A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI é uma instituição comunitária que se formou a partir da fusão de várias instituições de ensino da região do Alto Uruguai e também, nasceu da necessidade e no anseio da população em busca do bem comum da comunidade, o que a tornou uma instituição que se caracteriza pela capacidade de conhecer, refletir e transformar a realidade regional.

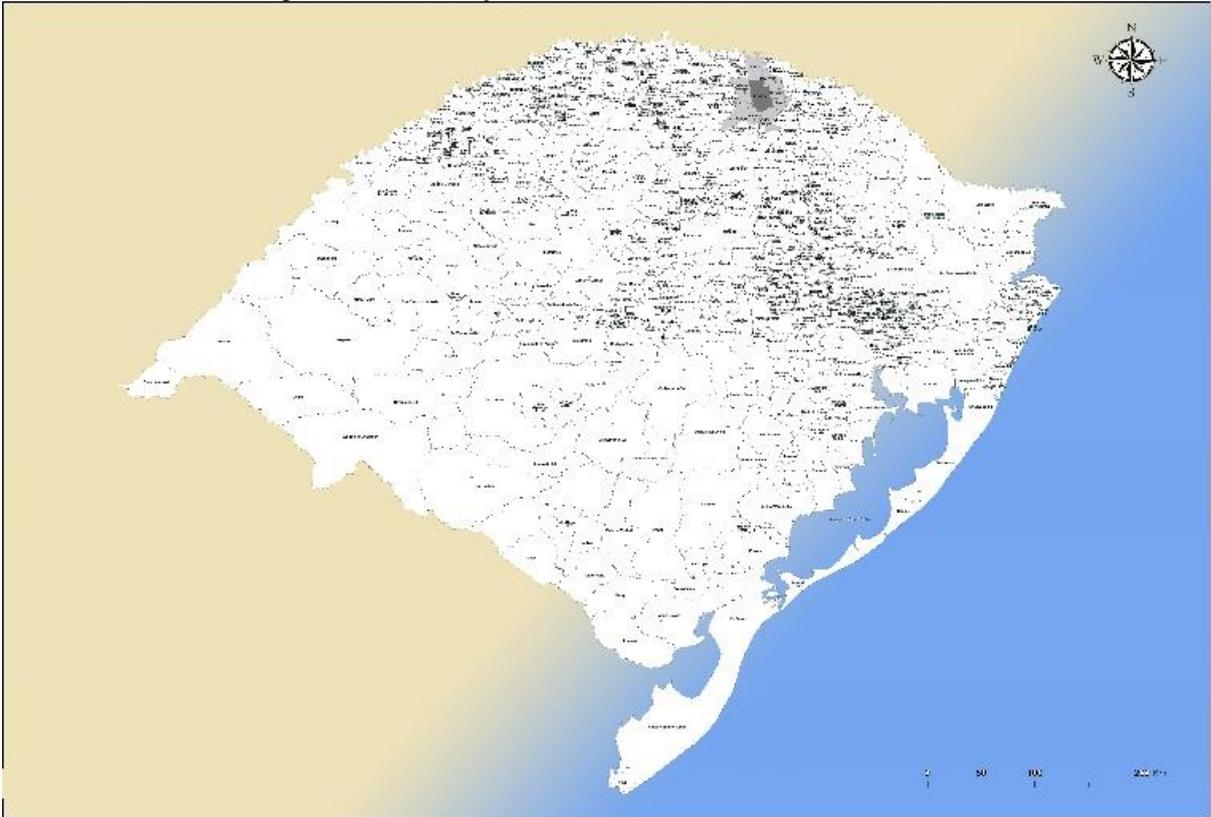
A URI é uma universidade que promove o ensino, a pesquisa e a extensão como transformadores da realidade, através de um projeto integrado que propicia o desenvolvimento regional, a ciência e a tecnologia, levando em conta o indivíduo, o saber e a verdade como princípios básicos.

Quadro 21 – Visão, missão e política da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

Visão	“A URI quer consolidar-se como uma universidade de referência que prima pela criatividade, qualidade e ação solidária”
Missão	A Universidade Regional e Integrada do Alto do Uruguai e das Missões tem como missão formar pessoal ético e competente, inserido na comunidade regional, capaz de construir o conhecimento, promover a cultura, o intercâmbio, a fim de desenvolver a consciência coletiva na busca da valorização e solidariedade humanas.
Responsabilidade Social	“Ética, corresponsabilidade, formação e desenvolvimento humano competente, inovação e compromisso regional”.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da URI (2018).

Figura 16 – Localização da URI no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A URI possui sua reitoria na cidade de Erechim no estado do Rio Grande do Sul. Os campi e extensões são: Campus de Erechim; Campus de Frederico Westphalen; Campus de Santo Ângelo; Campus de Santiago; Extensão de Cerro Largo; Extensão de São Luiz Gonzaga, ilustra a Figura 16.

#### 4.4 A Lei que normatiza as ICES

As Instituições Comunitárias de Ensino Superior, acumulam suas experiências na história da educação superior brasileira desde os anos de 1940 e 1970 do século passado, onde se desenvolveram em outros estados do país, mas em destaque com características genuinamente comunitárias nos estados Rio Grande do Sul (RS) e em Santa Catarina (SC) conforme (LÜCKMANN e CIMADON, 2015).

De acordo com Lückmann e Cimadon (2015):

As ICES constituem um modelo de educação superior único no país, não somente pelas características que as distinguem de outros modelos, como também pelo que elas representam junto às comunidades interioranas do país do ponto de vista da democratização do acesso ao ensino superior. São, portanto, instituições sociais comunitárias, de natureza pública não estatal, concebidas e estruturadas para atuar em regiões distantes dos grandes centros, geralmente desassistidas pelo Estado.

Um marco regulatório para a o setor das Instituições Comunitárias de Ensino Superior teve início apenas em 2010, tendo em vista que as universidades comunitárias vinham sendo sistematicamente excluídas de financiamento público pelo fato de serem tratadas pela legislação como instituições privadas, desta forma, ficavam impedidas de avançar na pesquisa e na pós-graduação, fundamentais, para a sua consolidação como universidades. (LÜCKMANN e CIMADON, 2015).

Conforme Cimadon e Cimadon (2015), o Projeto Lei n. 7.639/2010, é considerado um efetivo marco regulador para as instituições comunitárias e foi apresentado à Frente Parlamentar com o propósito de redefinir as categorias do ensino superior, distinguindo três modalidades: pública, privada e comunitária. O projeto, fruto de muito trabalho e intensos debates no Ministério da Educação, reuniu a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias do Brasil, o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais, a Associação Nacional de Educação Católica e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas e determinou:

Por esse Projeto, protocolado no dia 13 de julho de 2010, na Câmara dos Deputados, são prerrogativas das instituições comunitárias de educação superior ter acesso aos editais dos órgãos governamentais, receber recursos orçamentários do poder público e oferecer serviços de interesse da sociedade, em parceria com os órgãos governamentais [...] A aprovação desse Projeto constituirá significativa conquista para o modelo comunitário, porque deixa nítida a diferença entre as instituições que têm fins lucrativos e as que não os têm e beneficiará o país com a possibilidade de mais inclusão social de jovens, com menos recursos, no ensino superior. (VANNUCCHI, 2004).

Ainda conforme Cimadon e Cimadon (2015, p.180): “há anos o Estado somente dificultava a existência e a sobrevivência dessas instituições, resistindo em aplicar isenções tributárias, fiscais e cobrando de forma rígida as regulações de oferta de cursos”.

Após a entrega do projeto de Lei mais três anos se passaram. Em 13 de novembro de 2013 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013, a qual “Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.” (BRASIL, 2013).

No artigo 1º da Lei n. 12.881 ficou definida a situação jurídica das instituições comunitárias não mais com o poder instituidor, mas com uma maneira de enquadramento por meio de características próprias, quais sejam:

Art. 1º As Instituições Comunitárias de Educação Superior são organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características: I - estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as constituídas pelo poder público; II - patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; III - sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; IV - transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º; V - destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera. (BRASIL, 2013).

Deste modo, as ICES iniciaram o direito de gozar das prerrogativas descritas nos incisos do artigo 2º da Lei n. 12.881/13:

Art. 2º As Instituições Comunitárias de Educação Superior contam com as seguintes prerrogativas: I - ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições públicas; II - receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividades de interesse público; III - (VETADO). IV - ser alternativa na oferta de serviços públicos nos casos em que não são proporcionados diretamente por entidades públicas estatais; V - oferecer de forma conjunta com órgãos públicos estatais, mediante parceria, serviços de interesse público, de modo a bem aproveitar recursos físicos e humanos existentes nas instituições comunitárias, evitar a multiplicação de estruturas e assegurar o bom uso dos recursos públicos. (BRASIL, 2013).

Foi por meio da Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013 e da Portaria MEC n. 863, de 03 de outubro de 2014, que permitiu o reconhecimento e desenvolvimento das instituições comunitárias, pois a partir desta conquista que ocorreu a efetividade das ICES no ordenamento jurídico brasileiro. A partir disto que as ICES receberam a chance de participar de editais com recursos públicos e, ganhar visibilidade como entidades que são, ou seja, como instituições sem fins lucrativos, que buscam a inclusão social de alunos carentes e que precisam ajudar a construir um país mais justo e responsável. (CIMADOM E CIMADOM, 2015).

A coleta dos dados descritos neste capítulo, serviram como base para o conhecimento das particularidades de cada uma das Instituições pertencentes ao COMUG, tendo em vista, suas características históricas e genuinamente comunitárias, que tornaram possível a existência, bem como, os avanços ao longo de suas trajetórias.

Deste modo, as informações obtidas se aproximam do debate sobre a *Accountability*, termos e conceitos que serão amplamente discutidos no próximo capítulo, juntamente com a análise e descrição dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas com os profissionais da contabilidade das ICES.

## **5 ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Na busca de verificar a prática contábil que resulta na *Accountability* nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e identificar os benefícios e os desafios percebidos pelas universidades com a divulgação dos relatórios sociais, este capítulo tem o objetivo de realizar a discussão dos dados coletados nas entrevistas, apresentando os seus resultados em relação aos conceitos de responsabilidade social, a emissão dos relatórios sociais, seus desafios e dificuldades, bem como a contribuição das informações contábeis e a percepção dos profissionais da contabilidade em relação aos conceitos da *Accountability*.

Além da apresentação e discussão dos resultados, ao mesmo tempo, o presente capítulo se desenvolve buscando corroborar os resultados com o que está descrito nos capítulos anteriores que apresentaram os principais aportes teóricos que serviram de base para a sustentação das discussões.

### **5.1 A responsabilidade social na percepção dos Contadores**

A primeira questão está relacionada ao conceito de responsabilidade social que se encontra no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada uma das ICES estudadas, pois, sabe-se a importância deste documento que traz o conceito de responsabilidade social, tendo em vista que estes devem orientar as práticas em todos os setores das instituições, assim como também, nas atividades do setor contábil, setor este, que reúne grande parte das informações para a elaboração dos relatórios sociais.

Deste modo, o profissional da contabilidade recebeu a seguinte questão: (1) Você conhece o conceito de responsabilidade social constante no PDI da sua Instituição? (se sim, relatar, se não, justificar).

Das onze entrevistas realizadas, dez participantes alegaram conhecer o PDI e o conceito de responsabilidade social nele inserido. Deste modo, pode-se dizer que está intrinsecamente relacionado ao tripé pesquisa, ensino e extensão trabalhados de forma interdisciplinar, mostrando o comprometimento com o processo de desenvolvimento regional e com a formação humanista e cidadã da comunidade onde atua melhorando as condições e o modo de vida da população.

As entrevistas abaixo corroboram com o que foi relatado por todas as demais instituições:

*“Sim, a instituição tem o PDI como todas as demais instituições de ensino e lá tem um item específico que trata da questão da responsabilidade social. É uma instituição comunitária, assim como ela é filiada ao Comung que é aqui no Sul um órgão que abriga as instituições que tem este cunho e dentro do PDI tem um capítulo que relata sobre isso e eu posso te dizer que a responsabilidade social da universidade é um compromisso com a sociedade deste meio regional em que ela está inserida e com a prática pedagógica cumprindo a sua função de integrar os processos e resultados de ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável e também de uma forma interdisciplinar que ocorre nas relações sociais que a instituição tem e ela tem ali, inclusive um viés citando quais são as suas políticas.” (ENTREVISTADO 1)*

*“A Universidade se configura como um espaço plural, no qual ideias, saberes e ideais são compartilhados proporcionando vivências e aprendizagens a toda a comunidade acadêmica. Ratificando seu compromisso com a responsabilidade social, todas as ações da Instituição são pensadas para atender as demandas da comunidade nas mais diversas áreas. Na área da educação, fomentando o acesso do maior número possível de estudantes ao ensino superior, através da oferta de bolsas de estudo, dedicando-se a busca por financiamentos estudantis e proporcionando aos estudantes imensuráveis oportunidades para se qualificarem e compartilharem seus conhecimentos com a comunidade. A construção das ações desenvolvidas nas áreas da pesquisa e da extensão potencializam e canalizam os saberes do universo acadêmico para a construção de uma prática solidária que estimule a melhoria das condições e do modo de vida da população.” (ENTREVISTADO 10)*

*“Sim, o PDI expressa que a instituição tem na responsabilidade social sua marca distintiva, expressa pelo compromisso de integração ao processo de desenvolvimento regional e pelo compromisso com a formação humanista e cidadã.” (ENTREVISTADO 1)*

Um dos participantes da pesquisa afirmou que, apesar de não conhecer o PDI, tampouco o conceito teórico sobre responsabilidade social, conhece e compreende as implicações existentes na instituição e como elas se relacionam com esta prática, conseguindo visualizá-la e relacioná-las a educação, saúde e meio ambiente:

*“O conceito em si, a teoria em si eu não saberia te dizer, mas todas as várias ações que a universidade faz, nós conseguimos conversar sobre isso, pois nós temos um conceito bem amplo aqui na universidade, por exemplo, agora estamos fazendo o balanço social onde a gente coloca todas as informações, que é algo bem amplo que a instituição tem aqui de vários trabalhos tanto da parte da educação, da saúde, da preocupação com o meio ambiente...” (ENTREVISTADO 12)*

A resposta do *Entrevistado 13* acrescentou-nos a distinção e as particularidades, entre a responsabilidade social universitária comparada a responsabilidade social empresarial:

*“A Responsabilidade Social Universitária constitui-se de particularidades, se comparada à concepção de responsabilidade social empresarial. Além de um modelo de comunicação e de ações pontuais, trata-se de um modelo de gestão democrática da Educação Superior, ancorado na ideia do compromisso das universidades com a busca de excelência acadêmica, sustentabilidade econômica, social e ambiental.” (ENTREVISTADO 13)*

O conceito de responsabilidade social empresarial precisa estar além da iniciativa de apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente. É necessário investir em: bem-estar dos seus funcionários e dependentes, ambiente de trabalho saudável, promover comunicações transparentes, dar retorno aos acionistas, assegurar sinergia com seus parceiros e garantir a satisfação dos seus clientes e/ou consumidores. (NETO E FROES, 2001).

Acredita-se que a pergunta realizada sobre responsabilidade social pode ter instigado os entrevistados a buscarem no PDI da instituição o conceito de responsabilidade social, a fim de proporcionar a ampliação de sua compreensão acerca da importância desta prática desenvolvida na gestão institucional.

É o que preconiza o PDI (2014-2018) do Centro Universitário La Salle (Unilasalle):

A preocupação com a Responsabilidade Social e com o fortalecimento do desenvolvimento nos diferentes âmbitos é marca histórica da instituição, especialmente, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Por meio de ações diversificadas, o Unilasalle apoia e executa ações em áreas estratégicas, tais como educação, acesso ao ensino superior, desenvolvimento local, saúde e bem-estar, entre outros. Essas ações ocorrem por meio de projetos, os quais contam com a participação de colaboradores e acadêmicos, bem como com membros da comunidade local. Nas diversas ações voltadas à comunidade interna e externa, serviços são oferecidos, visando à transformação da sociedade nas dimensões humana e cristã (UNISALLE, 2014-2018).

Em geral, os profissionais responderam à questão sobre responsabilidade social na universidade, como algo não apenas ligado ao fato destas instituições serem de origem comunitária, mas principalmente, pelo compromisso social que as instituições têm para com funcionários, alunos, comunidade regional onde está inserida. Além disso, a responsabilidade com a prática pedagógica, com a cultura, meio ambiente, direitos humanos e trabalho.

## 5.2 Os relatórios sociais emitidos pelas ICES

A segunda pergunta questionava sobre quais relatórios sociais a universidade costuma desenvolver para divulgar suas ações de responsabilidade social, e entre as onze universidades comunitárias do Rio Grande do Sul que participaram deste estudo, verificou-se que em cinco Instituições são realizados o balanço social. O Relatório social é elaborado em 05 universidades e o Relatório de Atividades é elaborado por 01 universidade.

De acordo com Tinoco e Kraemer, (2004) “A elaboração e publicação do Balanço Social pelos gestores constitui-se no melhor exemplo de *Accountability*”. Isto significa que nas ICES que realizam a elaboração do balanço social, ainda de acordo com Tinoco e Kraemer (2004) “A

*Accountability* representa a obrigação que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros sociais, os *stakeholders*.

No terceiro questionamento, os contadores entrevistados, responderam a pergunta: De forma geral, qual o objetivo de emitir relatórios de responsabilidade social? Os entrevistados das falas a seguir, destacam a importância dos relatórios sociais em relação a divulgação e transparência para a comunidade, conforme explicam:

*“Eu acho que o principal objetivo de emitir os relatórios de responsabilidade social é ter um instrumento que propicie a divulgação para a comunidade acadêmica como um todo, quer seja ela a comunidade local, onde a instituição está inserida, quer seja o público interno, de alunos, de funcionários, enfim, o objetivo geral é ter um instrumento para divulgar as práticas que a instituição tem em relação a esse tema.”*  
(Entrevistado 1)

*“O objetivo de emitir os relatórios de responsabilidade social é primeiramente, para a transparência com a comunidade, para todos estarem sabendo dos nossos trabalhos, o que está sendo feito, para terem ciência do envolvimento da universidade com a comunidade, com o meio ambiente, enfim com todas as áreas sociais, tanto aqui na nossa região, como também do estado e o principal motivo é a transparência, de estar transmitindo para toda a comunidade aquilo que a Universidade trabalha e está fazendo para todos.”* (Entrevistado 12)

Percebe-se na declaração que estes profissionais da área contábil entendem que suas ações em relação a elaboração dos relatórios sociais são desenvolvidas e dedicadas a comunidade, entregando a ela, não apenas informações econômicas e financeiras, e que mesmo estes resultados sendo quantitativos, ao lado de práticas de responsabilidade social denotam dados qualitativos e imensuráveis, como explicado pelo *Entrevistado 3* que ressalta: *“são números e resultados mensuráveis que sintetizam uma centena de realizações e sentimentos impossíveis de registrar...”*.

Na sequência, o profissional da contabilidade foi questionado: (4) Você tem conhecimento de quais destes relatórios a universidade é obrigada a entregar? A pergunta buscava entender quanto às obrigatoriedades relacionadas ao fato de a universidade ser de caráter comunitário, ou seja, quais os documentos ou relatórios que são elaborados para esta finalidade e que é cobrada por algum órgão federal por exemplo.

Sendo assim, os documentos apontados como de entrega obrigatória foram: a) o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS e b) Sistema de Cadastro e Prestação de Contas - SICAP.

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, CEBAS é um certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do

Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

Para a entidade se cadastrar no sistema do CEBAS é exigido todas as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas do exercício anterior ao requerimento, Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício anterior ao requerimento, sendo todos estes documentos devidamente assinados pelo representante legal da entidade e pelo contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.

O Sistema de Cadastro e Prestação de Contas – SICAP é o instrumento de coleta de dados e informações, utilizado pelos Ministérios Públicos estaduais, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, no velamento das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, de natureza jurídica fundacional e de entidades de interesse social. (FIPE, 2018).

O Balanço Social e o Relatório Social não são relatórios obrigados por lei. As instituições são obrigadas a elaborar o Relatório de Atividades quando, por exemplo, esta exigência está prevista no Estatuto da Instituição.

### **5.3 Profissionais das ICES envolvidos na elaboração dos Relatórios Sociais**

Procurou-se compreender quais são os demais profissionais que se envolvem com os relatórios sociais, seja na coleta de informações, na compilação de dados, ou na responsabilidade. Assim, buscou-se informações adicionais como por exemplo, seus cargos, o que desenvolvem e sua formação.

Estes questionamentos vieram com a questão de número (5) Quem participa da elaboração do relatório social na Universidade?

*“Quem participa da elaboração do relatório social na Universidade é uma pessoa por exemplo que é lá da área de pesquisa e extensão que é a pessoa líder que é responsável por compilar todos os dados de todas as áreas, então a gente tem ali um formulário em excel com todos os blocos e foi feito o mapeamento em que cada área informa e fica responsável por preencher, então a gente tem aí o RH envolvido, a parte de desempenho ambiental, nós temos a pessoa que cuida do gerenciamento ambiental aqui da instituição que também fornece dados, o setor de suprimentos também fornece dados relacionados a relacionamentos com fornecedores, o financeiro, em relação a bolsas de estudo concedidas, e enfim, então todas as áreas assim que acabam se envolvendo para compor esse relatório, sendo assim, permeia por todos os setores com uma coleta de dado e inclusive a universidade conta com a análise de auditores externos que emitem um parecer, um relatório sobre o nosso balanço social.” (ENTREVISTADO 1)*

*“O Relatório é elaborado em parceria por diversos Setores e Departamentos. A comunidade acadêmica está diretamente envolvida na realização das ações e a Instituição compreende que o Relatório deve retratar fidedignamente a prática. Seguindo um cronograma que respeita o tempo e as demandas de cada equipe e de cada Mantida, os responsáveis pela realização de cada projeto, serviço ou ação são convidados a contribuir com imagens e informações sobre os fatos e os resultados alcançados. O Relatório é compilado e finalizado pelas equipes dos Setores de Contabilidade, Assessoria de Comunicação, Assessoria Técnica da Reitoria, Pró-Reitorias e Reitoria. Já o Balanço Social, que compõem o Relatório, é elaborado pelo Setor de Contabilidade, assinado pelo Contador da Instituição e auditado por uma empresa de Auditoria Externa.” (ENTREVISTADO 10)*

*“É uma elaboração conjunta entre os setores de Controladoria, Coordenadoria de Marketing e Chefia de Gabinete da Reitoria. Pela Controladoria: a contadora, a coordenadora do Balanço Social com formação em ciências contábeis; Pela Coordenadoria de Marketing: uma jornalista e um designer gráfico; a Chefia de Gabinete da Reitoria formação em letras e gestão universitária; contamos também com uma revisora com formação em letras.” (ENTREVISTADO 8)*

Os resultados mostraram que todos os 11 contadores entrevistados, participam ativamente na elaboração dos relatórios sociais e do balanço social, sendo que, alguns destes profissionais envolvem-se diretamente com a responsabilidade da elaboração, ou participam prestando informações a outros setores responsáveis pela execução e elaboração dos relatórios sociais.

De acordo com as demais respostas, verificou-se que outros setores além da contabilidade e controladoria das instituições, também se envolvem neste processo de elaboração dos relatórios sociais, tais como: pró reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão, gabinete de reitoria, assistência social, marketing, jornalismo, recursos humanos, suprimentos, financeiro, gerenciamento ambiental, setor de planejamento, designer gráfico.

Conforme os relatos, as universidades contam com equipes multidisciplinares que perpassam por diversos setores e departamentos das instituições, realizando a coleta dos principais dados que irão compor os relatórios sociais:

*“A gente tem o Balanço Social inclusive analisado pela auditoria externa, eles emitem um parecer, um relatório sobre o nosso balanço social e para o relatório como um todo, tem uma pessoa por exemplo que é lá da área de pesquisa e extensão que é a pessoa líder que é responsável por compilar todos os dados de todas as áreas, então a gente tem ali um formulário em excel com todos os blocos e foi feito o mapeamento de cada área informada e fica responsável por preencher, então a gente tem aí o RH envolvido, a parte de desempenho ambiental nós temos a pessoa que cuida do gerenciamento ambiental aqui da instituição que também fornece dados, o setor de suprimentos também fornece dados relacionados a relacionamentos com fornecedores, o financeiro, em relação a bolsas de estudo concedidas, e enfim, então todas as áreas assim que acabam se envolvendo para compor esse relatório. Ele permeia por todos os setores com uma coleta de dados.” (ENTREVISTADO 1)*

Corroborando com Tinoco e Kraemer (2004), observa-se a participação de três departamentos na elaboração e na divulgação, no caso do Balanço Social, sendo o departamento de recursos humanos (envolvidos com os colaboradores desde a seleção, recrutamento e admissão, até seu desligamento); o departamento de contabilidade (processa os atos e fatos administrativos); departamento de sistemas de informações (agiliza a informação, armazena-a e permite a divulgação).

Assim, mesmo que aconteça a demora para a entrega das informações solicitadas para os relatórios (conforme será detalhado mais a frente com relação aos desafios da elaboração), a participação de outros setores possibilita o contato com dados que agregam informações importantes de outros setores e diferentes áreas do conhecimento, tornando os relatórios sociais multidisciplinares.

Os entrevistados foram questionados com a pergunta (6) Como é elaborado o relatório social? Nesta questão, puderam livremente falar sobre as etapas da elaboração, pessoas envolvidas, técnicas utilizadas, conforme os trechos abaixo:

*“Etapa 1: Solicitação das informações às Unidades Administrativas, Indicações de Projetos pelos Departamentos, Busca de informações no Relatório de Atividades e Demonstrações Contábeis; Etapa 2: Preparação/compilação dos dados, Envio para a Coordenadoria de Marketing; Etapa 3: Preparação, elaboração, formatação e diagramação; Etapa 4: Conferência do relatório Social.” (ENTREVISTADO 8)*

*“A elaboração do Relatório faz parte das atividades cotidianas da Instituição, sua construção é feita durante o ano todo, cada equipe entende a importância de compartilhar o trabalho, os resultados e as vivências. O monitoramento das atividades resulta, ao final de cada ano, em imagens, relatos e em dados quantitativos e qualitativos. Todas as informações são cuidadosamente organizadas por uma equipe intersetorial, composta por profissionais do Setor de Contabilidade, da Assessoria de Comunicação e da Assessoria Técnica da Reitoria. Até que seja finalizado, o Relatório passa por conferências e revisões, dentro de um cronograma que prevê aperfeiçoamentos e contribuições de técnicos e gestores.” (ENTREVISTADO 10)*

Sendo assim, verificamos que a elaboração dos relatórios sociais permeia por todos os setores das ICES com uma coleta de dados e, por mais que não seja, o setor contábil o principal responsável pela elaboração, sua contribuição é sempre recorrente e relevante na constituição dos relatórios sociais das universidades.

A universidade que respondeu que não elabora nenhum tipo de relatório social, contribuiu com a pesquisa informando que, apesar de não desenvolver relatório, organiza documentação interna de comprovação das ações de responsabilidade social.

#### 5.4 Periodicidade, divulgação e Feedback dos Relatórios sociais

Em relação a periodicidade dos relatórios sociais, dez entrevistados responderam que os relatórios são elaborados anualmente.

Fatores como disponibilização, divulgação, socialização e feedback dos relatórios sociais também foram investigados durante as entrevistas.

Estes resultados vieram com a questão (8) Como é disponibilizado/divulgado o relatório social?

*“A disponibilização do relatório social vinha sendo realizada em um momento que inclusive se chamava a mídia para a divulgação e a publicização do relatório, mas este ano não ocorreu este momento específico e também era feito um convite aos colaboradores e aos funcionários para que participassem de uma apresentação do relatório, onde pegávamos o salão de atos e fazíamos este momento. Esse ano pontualmente não ocorreu, ocorreu só a impressão que todo ano é feita uma impressão física do relatório e a publicização dele no site da instituição. Sobre o feedback, teve a um tempo atrás uma pesquisa que foi feita com os stakeholders, os investidores externos, no sentido de avaliar os blocos que se tinha também o interesse em ter o conhecimento de dados e a divulgação destes dados, hoje a gente tem um grupo de estudo que é composto por algumas pessoas e está sendo discutido novamente o momento de fazer essa coleta junto a sociedade pra verificar se o que a gente está fornecendo de dados e informações ainda atende as expectativas, ou se a gente deveria reformular e talvez inserir inclusive outros dados nele, então não existe assim um momento anual ou a todo tempo, mas de tempos em tempos a instituição procura buscar isso junto a comunidade também.” (ENTREVISTADO 1)*

*“A Instituição divulga o Relatório em uma plataforma online. Durante a Assembleia Geral da Instituição que ocorre, anualmente, na última quinta-feira do mês de abril e é aberta a comunidade, o Relatório é apresentado aos públicos interno e externo. Após a apresentação e divulgação do link de acesso, a comunidade tem espaço para manifestar-se sobre o conteúdo do Relatório e o trabalho desenvolvido. Além disso, os canais de comunicação da Instituição permanecem à disposição da comunidade para sugestões, contribuições ou críticas, que são consideradas no planejamento do Relatório posterior.” (ENTREVISTADO 10)*

Entre as 11 instituições entrevistadas, 10 realizam relatórios sociais (entre relatório social e balanço social), estas informaram que os relatórios sociais são disponibilizados nos meios de comunicação institucional das ICES, pelo site e/ou impresso.

Sobre o feedback, ou seja, opiniões, questionamentos, dúvidas em torno dos relatórios sociais, as ICES responderam que quando ocorre, este retorno acontece por meio de algum canal de ouvidoria e/ou quando a ICES realiza a divulgação dos relatórios em forma de apresentação pública:

*“A disponibilização dos relatórios é pelo site da instituição, no site da reitoria eles estão dispostos e quanto a divulgação, o relatório de atividades anual, ele passa por todos os órgãos da nossa instituição, ou seja, câmara de administração, conselho curador, conselho diretor, passa também pela assembleia geral, sendo que na assembleia geral existem integrantes da sociedade presentes, então ocorre neste momento a disseminação do nosso relatório e consequentemente a aprovação pela sociedade, então aí já se recebe o feedback da mesma e também a sua aprovação ou não.”(ENTREVISTADO 15)*

*“O feedback é através de manifestações para a Reitoria, para a Controladoria, para a Coordenadoria de Marketing e no site da Universidade para a ouvidoria.”(ENTREVISTADO 8)*

*“Sobre o feedback, teve a um tempo atrás uma pesquisa que foi feita com os stakeholders, os investidores externos, no sentido de avaliar os blocos que se tinha também o interesse em ter o conhecimento de dados e a divulgação destes dados, hoje a gente tem um grupo de estudo que é composto por algumas pessoas e está sendo discutido novamente o momento de fazer essa coleta junto a sociedade pra verificar se o que a gente está fornecendo de dados e informações ainda atende as expectativas, ou se a gente deveria reformular e talvez inserir inclusive outros dados nele, então não existe assim um momento anual ou a todo tempo, mas de tempos em tempos a instituição procura buscar isso junto a comunidade também.”(ENTREVISTADO 1)*

O presente estudo verificou que as ICES elaboram os relatórios sociais com a preocupação de estarem produzindo informações que, além de, demonstrarem a transparência e a apresentação de suas atividades de cunho social, também estejam de acordo com as expectativas, tanto da comunidade regional, alunos, funcionários e *stakeholders*, ou seja, de todos aqueles que observam a dimensão das práticas executadas pela instituição.

### **5.5 Desafios e dificuldades na elaboração dos Relatórios sociais**

Os contadores das ICES foram questionados durante a entrevista sobre os desafios e dificuldades que são encontrados durante o período de elaboração dos relatórios sociais. Pode-se dizer que, entre as principais dificuldades encontradas, foram citadas pelos contadores a padronização das informações recebidas dos diversos setores envolvidos na elaboração dos relatórios sociais. A compilação das informações também foi apontada como uma dificuldade, ou seja, juntar e agrupar as principais informações que aparecerão nos relatórios sociais, conforme atestam os entrevistados:

*“Sintetizar meses de trabalho em um documento que seja capaz de transmitir a dimensão de cada ação, sem dúvida, é a maior dificuldade. São muitos colaboradores, estudantes e cidadãos envolvidos, atuando incansavelmente para contribuir para o desenvolvimento da comunidade.” (ENTREVISTADO 10)*

*“Conforme já citado anteriormente, pela nossa natureza multicampi, eu acho que os maiores desafios que nós temos é o fato de obter as informações e dados padronizados e compilar os mesmos para que a gente informe tudo como uma instituição única, então nós sabemos informar as unidades as informações que nós queremos e padronizar essas informações em cada unidade e não só a padronização das informações, mas também a padronização dos processos que geram essas padronizações, então eu acho que para o nosso caso seria as maiores dificuldades a compilação e a padronização destes dados.”(ENTREVISTADO 15)*

*“Na minha opinião, para a realização do balanço social, praticamente a gente não tem dificuldades porque elas já derivam aí dos dados contábeis, ou do RH, enfim, que a gente consegue ter a proximidade do dado e fazer o levantamento dele, mas eu percebo que na elaboração do relatório como um todo, o difícil é conseguir mensurar e criar um indicador, como medir e como acompanhar ele pela forma que a gente tem as informações por exemplo disponibilizadas no ERP, ou enfim, não existem relatórios com estes dados, mas a gente tem dificuldade em construir o indicador e coletar as informações.”(ENTREVISTADO 1)*

*“O maior desafio é o estabelecimento de controles internos com dados quantitativos e qualitativos para mensuração das ações sociais.” (ENTREVISTADO 2)*

Outro desafio relatado durante a entrevista, é referente a coleta das informações. Reunir as informações advindas de vários setores e transmitida por vários profissionais envolvidos, é considerada um fator de dificuldade principalmente quando há demora para a entrega da informação, resultando algumas vezes na dificuldade do recebimento das informações nos prazos estabelecidos.

Para a elaboração do balanço social, o desafio considerado por um dos entrevistados é em relação a qualidade da informação, mais precisamente a exatidão da informação. Este é considerado um fator que demanda muita responsabilidade, principalmente, porque a informação precisa estar de forma correta e de acordo com os princípios contábeis.

*“Hoje o balanço social traz muitas informações, então se exige que tudo esteja de forma correta, que seja preciso, que assim, como a parte contábil que é a que eu ajudo tem que ser muito exata, tem que ser aquilo que realmente efetivou, que tá em orçamento, que foi gasto, enfim, dessa forma.” (ENTREVISTADO 12)*

Em uma das ICES, onde a prática da elaboração do balanço social já vem sendo feita a mais tempo, o contador respondeu que os maiores desafios e dificuldades aconteceram antes da primeira edição, porque era preciso “convencer”, ou seja, era preciso acontecer a conscientização de que o balanço social é um relatório importante para a ICES.

*“A Instituição elabora o Relatório Social deste o ano 2000. Os maiores desafios foram antes e na implantação do Balanço Social, precisando apresentar/convencer da importância do mesmo para a instituição, e a necessidade de ter informações das unidades e departamentos para compor o relatório; hoje é uma prática da instituição e não temos mais dificuldades.” (ENTREVISTADO 8)*

## **5.6 Contribuição das informações contábeis para geração dos Relatórios sociais**

A pesquisa pretendeu também, questionar o profissional da área contábil para saber como ele visualiza a relação entre a contribuição das informações contábeis, com a elaboração dos relatórios sociais, deste modo, a pergunta foi: (10) Qual a sua percepção sobre a contribuição das informações contábeis para geração dos relatórios sociais?

*“Considero de extrema importância, pois as informações contábeis corroboram e dimensionam o grau de investimento que a Instituição destina para a realização das ações de responsabilidade social. Agregam transparência a demonstração da utilização dos recursos e evidenciam as áreas que demandam mais empenho.” (ENTREVISTADO 10)*

*“Acredito que a contabilidade tem o poder de transcrever em números o que a instituição está fazendo de forma social, então a informação contábil consegue demonstrar de uma forma mais palpável em valores o que está sendo feito em atividades por toda a instituição.” (ENTREVISTADO 15)*

*“As informações contábeis contribuem de forma essencial para aferir a contribuição econômica e financeira que a Instituição investe nos seus projetos sociais.” (ENTREVISTADO 13)*

*“São fundamentais as informações contábeis, os dados financeiros são todos coletados dos relatórios contábeis.” (ENTREVISTADO 8)*

Os contadores responderam também que, as informações contábeis podem ser consideradas uma base de dados oficial da mensuração econômica, capaz de aferir, medir, mensurar, ou ainda, traduzir os números em valores que transpareçam as ações de responsabilidade social.

## **5.7 Accountability: conhecimento dos contadores sobre o termo**

A pesquisa buscou saber qual o entendimento que os contadores possuem sobre o termo *Accountability*, se já ouviram a palavra e como a definem. Buscou-se apresentar o máximo possível das respostas, pois tais declarações corroboraram para a compreensão de

como é significativo o entendimento da *Accountability* pelos profissionais da Ciência Contábil, ao serem questionados se já tinham ouvido falar da palavra *Accountability*:

*“Sim, trata-se do processo de prestação de contas, quanto ao planejado e realizado, das operações, finanças e resultados econômicos, aos órgãos internos estabelecidos no processo de governança corporativa.” (ENTREVISTADO2)*

*Sim. Defino *Accountability* como sendo a prestação de contas à sociedade e ao governo feita pelas entidades, mostrando o seu investimento social.” (ENTREVISTADO 13)*

*“Eu entendo que seria uma contabilidade assim que é pautada em prestação de contas a todos os usuários das informações, sendo uma contabilidade proativa, ela não pode ser uma contabilidade reativa, tem que ser uma contabilidade que esteja disposta a demonstrar a sua realidade aos usuários das suas informações.” (ENTREVISTADO 15)*

*“Sim. *Accountability* remete a responsabilização, a ética, a transparência, a prestar contas do que foi realizado, justificar o que não foi realizado e indicar o que será feito.” (ENTREVISTADO 8)*

*“Sim. Defino como o compromisso de demonstrar as informações contábeis com transparência e clareza, de forma a viabilizar a compreensão de todos os envolvidos sobre as despesas, investimentos e custos que envolvem o trabalho realizado.” (ENTREVISTADO 10)*

*“Eu já ouvi falar na palavra *Accountability* e posso defini-la como uma palavra que tem origem com a governança, com a ética, com a transparência, com a própria responsabilidade em si e eu acho que principalmente em função do momento que a gente está vivendo, no país, enfim, mais do que nunca, ela precisa ser empregada e que dentro da contabilidade a gente sabe que a ética ela é intrínseca ao exercício da nossa atividade, mas mais do que nunca eu acho que as instituições e todos os cidadãos estão precisando passar por esta palavra e por este conceito de uma forma bem mais latente e bem mais presente talvez, eu acho que cada um de nós tem o seu dever em relação a isso.” (ENTREVISTADO 1)*

De acordo com as respostas obtidas, na visão destes profissionais, a *Accountability* é algo que muitas vezes está intrinsecamente ligada as atividades da Ciência Contábil. Falaram sobre ética, transparência, clareza, com a própria responsabilidade, proatividade, prestação de contas e planejamento.

Por fim, o último questionamento referia-se a realização de outros procedimentos ou técnicas desenvolvidas pelos contadores em suas rotinas operacionais que viessem a facilitar as informações para a realização e elaboração dos relatórios sociais. Deste modo foi indagado: Você faria alguma alteração nos registros contábeis de modo a facilitar a geração dos relatórios sociais? Pode justificar sua resposta?

*“Acredito que hoje a instituição já tenha a informação bem aberta para o balanço social, como a utilização de centro de custos, onde conseguimos identificar os gastos por área e essa informação do investimento é informada no Balanço Social então hoje não faria nenhuma modificação.” (ENTREVISTADO 12)*

*“Sim, abertura de determinadas contas contábeis para melhor segregação dos valores econômicos.” (ENTREVISTADO 2)*

*“Eu faria, com certeza, alguma alteração nos registros contábeis de modo a facilitar a geração dos relatórios sociais, até porque nós sempre revisamos e avaliamos isso, no sentido de facilitar depois para gerar essa informação para que ela possa atender o relatório de responsabilidade, assim, revisamos e sempre que possível, fazemos adequações, por exemplo, as vezes facilitaria se tivesse um centro de custo específico, que nem pra questão das informações que são de fins ambientais, então a gente tem um centro de custo específico que gera, por exemplo, todas as receitas, despesas relacionadas a aquela área em específico e que aí já auxilia depois para a coleta de dados e eu não vejo problema algum, desde que não se infrinja nenhum dado que possa ser alterado, uma adequação que facilite atender outro relatório que seria o de responsabilidade não tem problema algum, pois o principal objetivo da contabilidade é justamente poder fornecer informações, então não vejo problema, a gente precisa estar sempre aberta e sempre disposta a avançar no sentido de construir e gerar informação que possa ser útil realmente para a comunidade.”(ENTREVISTADO 1)*

*“Considero que aperfeiçoar o processo e demonstrar as informações de forma clara e transparente é uma necessidade permanente e uma prática constante na Instituição. Nas situações em que se constatou a relevância de uma alteração, as opções para realizá-las foram alvo de estudo e planejamento.” (ENTREVISTADO 10)*

*“Não, pois a construção do Relatório Social se dá a partir de diferentes áreas da ICES.” (ENTREVISTADO 6)*

*“Não. O nosso sistema e forma de contabilizar nos possibilitam várias maneiras de coletas de dados.” (ENTREVISTADO 8)*

Através das informações trazidas até aqui, a presente pesquisa mostrou que a prática operacional que resulta na *Accountability* nas onze Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul que participaram deste estudo, é constituída de compromisso, responsabilidade, ética e transparência, alinhadas aos preceitos constantes nas diretrizes de cada uma das ICES.

Os profissionais da Ciência Contábil que atuam nestas ICES, demonstraram interesse e disponibilidade para tratar sobre os assuntos relacionados a prática contábil que é participante ativa nos processos de elaboração dos relatórios sociais. Ficou visível nestes profissionais o desenvolvimento da técnica em consonância com a responsabilidade social que norteia estas instituições.

Desse modo, a investigação permitiu conhecer como a elaboração dos relatórios sociais se desenvolve em meio aos desafios e benefícios que acontecem durante esta prática. Percebeu-se também, a contribuição das informações contábeis e a percepção dos profissionais da contabilidade em relação aos conceitos, a existência e da prática da *Accountability* nestas instituições.

As considerações finais que a seguir se apresentam, concluem o que este estudo alcançou, bem como sua contribuição prática e acadêmica, apontando as limitações encontradas e as sugestões para pesquisas futuras.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da *Accountability* verificada na linguagem dos estudiosos, apresentados neste estudo e nas falas dos entrevistados durante a pesquisa, nos permitiram refletir o quanto o seu significado vem mostrando a sua existência e relevância.

As crescentes exigências por transparência e prestação de contas, são vistas em todas as esferas, pois abrangem cidadãos, governo, empresas e demais instituições. As formas de controle recaem a todos que, ao mesmo tempo que são cobrados, também exigem que a mesma aconteça, principalmente quando existe um cenário geral de incerteza, descrédito, como por exemplo, o cenário o qual passamos atualmente em nosso próprio país.

Ao buscar um *locus* específico para a temática da *Accountability*, o presente estudo teve como questionamento como ocorre a prática operacional que resulta na *Accountability* nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa de campo com a participação dos contadores das ICES, foram determinantes e motivadoras para esta construção. Dessa forma, conhecer e caracterizar cada uma das ICES do RS, foi desafiador pelo fato de encontrar tantas riquezas históricas, lutas e conquistas destas instituições. Além do objetivo de caracterizar, a maior ênfase estava em entender como as informações ligadas a responsabilidade social são tratadas a partir dos profissionais da Ciência Contábil, com suas práticas contábeis e ainda, diante de tantas outras características tão importantes e tão evidentes nestas instituições.

Saber da responsabilidade social, aliada a forma de pensar e trabalhar com estas questões, foram sendo criteriosamente questionadas em busca da percepção dos contadores, que com suas práticas, são os profissionais capazes de encaminhar as informações a um destino de *Accountability*, realizado, ou por vezes, apenas idealizado.

A pesquisa possibilitou compreender que as ICES com o seu caráter comunitário, precisam processar e comunicar resultados da forma mais abrangente e que seja entendida por todos como um produto intangível, ou seja, com resultados que tem a capacidade de mudar uma realidade, de traduzir as atividades realizadas, que primariamente estão dispostas em quantidades ou valores, para informações que vão além dos números, mas que consigam expressar o que realmente está acontecendo e contribuindo com o desenvolvimento humano, social, intelectual de toda uma comunidade, de toda uma região.

O momento da aplicação das entrevistas buscou também a identificação dos benefícios e dos desafios percebidos pelas universidades com a divulgação dos relatórios sociais. Como

principais desafios, os entrevistados citaram a coleta e a qualidade das informações para que estas possam atender as expectativas de todos os stakeholders.

As dificuldades com a padronização das informações e a forma como devem ser compiladas e sintetizadas também é um fator que causa dificuldades aos responsáveis pela elaboração. Como dificuldade também, foi apontada a falta de um indicador que possibilite uma forma de melhor padronizar e interpretar a informação.

As contribuições acadêmicas dessa pesquisa relacionam-se com a linha de pesquisa do Mestrado, no momento em que se buscou analisar a prática operacional que resulta no *Accountability* nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. Deste modo, buscou-se verificar como ocorrem as práticas contábeis que resultam nas informações necessárias para o *Accountability* nas ICES e ainda, identificar os benefícios e desafios percebidos pelas universidades com a divulgação dos relatórios sociais.

Quanto as contribuições práticas, o estudo buscou contribuir no olhar que deve ser empreendido sobre a técnica desenvolvida pelo profissional da contabilidade, que precisa praticar a contabilidade colocando-a no patamar da responsabilidade, com a capacidade de comunicar o resultado obtido através da prática e da reflexão sobre as informações, sendo estas tempestivas e acima de tudo, em uma linguagem que permita o entendimento claro daquele produto intangível, voltado ao humano e ao desenvolvimento social.

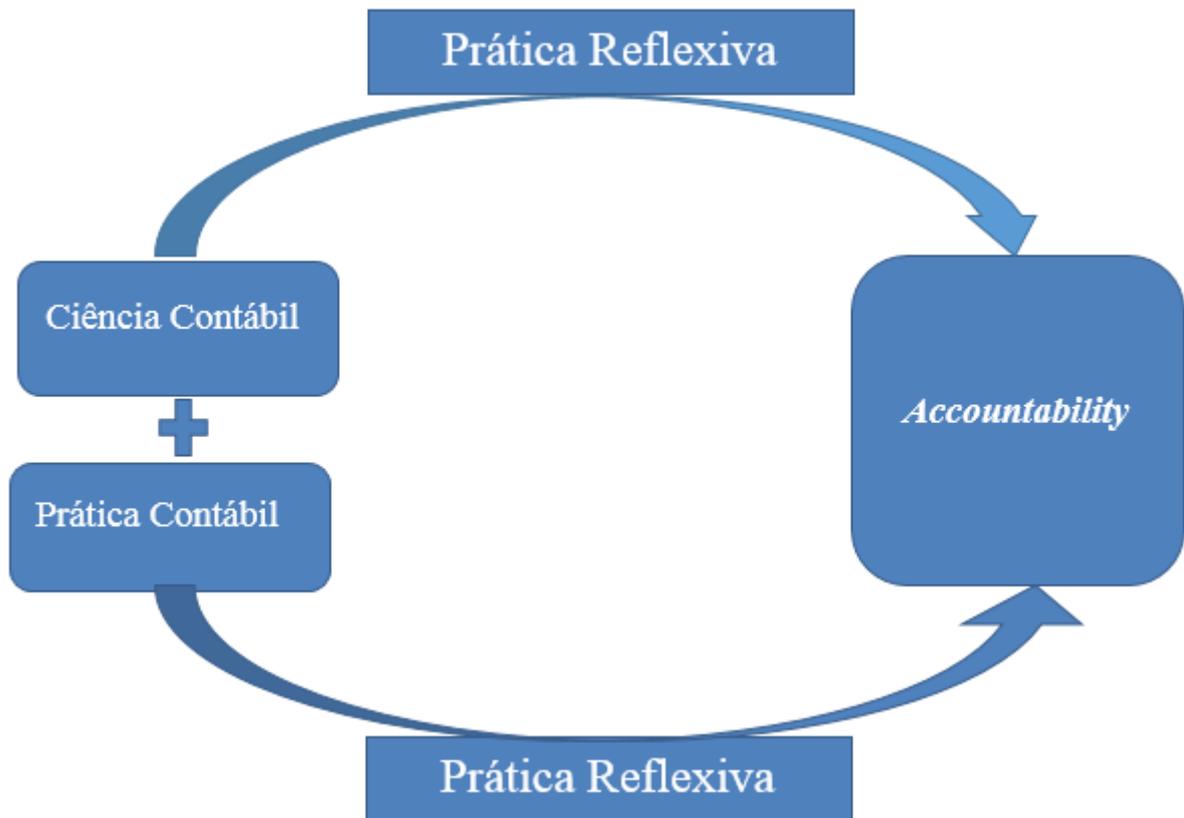
É preciso pensar a *Accountability* não apenas como fruto de uma prática contábil e técnica, mas, como resultado de um processo reflexivo a partir das informações contábeis.

A informação precisa ter sentido para quem a produz e para quem a recebe. O papel da contabilidade não pode ser resumido em uma simples prática contábil dissociada da ciência da contábil. A reflexão acerca do papel social intrínseco às práticas que emanam da ciência contábil deve ser um ato contínuo e ininterrupto por parte dos profissionais e da comunidade.

Desta forma, concluímos que a prática contábil, em função principalmente de sua vinculação com as obrigações tributárias e fiscais, tem trabalhado de forma desconexa da ciência contábil, no que se refere a processos subjetivos dos produtos da contabilidade, que atualmente é muito mais técnica do que reflexiva. Em nossa percepção, é isto que mostra porquê a *Accountability* não é ainda um conceito definido.

Espera-se que as práticas contábeis realizadas a fim de resultarem na elaboração dos relatórios sociais nas ICES, permitam sempre a plena aplicação da *Accountability*, que vai atuar como uma conexão entre a prática contábil e a ciência contábil.

Figura 17 – Fluxograma do Resultado da Pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. **Finanças públicas, democracia e accountability: debate teórico e o caso brasileiro**. In: ARVATE, Paulo R.; BIDERMAN, Ciro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004.

ANDRADE, R. B. *et al.* Gestão Ambiental – enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

ANDRADE, J. C. **Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S. A. (1990-1999)**. Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2000. (Tese de doutorado).

ANSOFF, I. **A Nova Estratégia Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1991.

AURÉLIO. **Dicionário Aurélio de Português Online**. 2017. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>> Acesso em: 10 dez. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.

BARROS. A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. S. de **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei Nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 2013. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2018.

CAMPOS, A. M. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.30-50, 1990.

CARNEIRO, A. F. de. *Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade*. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez., 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13240/9062>>. Acesso em 21 maio 2018.

CIMADON, E. R.; CIMADON, A. As Instituições Comunitárias na visão de Aldo Vannucchi e a concretização de um sonho. **Revista Unoesc & Ciência – ACSA Joaçaba**, v.6, n.2, p.179-186, jul./dez., 2015.

CENEVIVA, R. **Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente**. In: EnAPG 2006 - Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD. Anais... São Paulo, ANPAD, 2006.

COMUNG. **Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas**. 2018. Disponível em: <<http://www.comung.org.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

DUARTE, A. L. F. Abordagens de Accountability no EnANPAD: Análise de Conteúdo dos Artigos da Divisão de Administração Pública. **Anais...** VII Encontro de Administração Pública da ANPAD - EnAPG, 2016.

DUARTE, A. L. F. Accountability: Mapeamento da Produção e Análise de Redes dos Artigos das Divisões de Gestão e Políticas Públicas do Enanpad. **Anais...** VIII Colóquio Redes Estratégia e Inovação, 2017.

FEEVALE. **Universidade Feevale**, 2018. Disponível em: <<http://www.feevale.br>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FIPE, **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, 2018. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/pt-br/home/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

FONTENELE, R. A. M. Accountability horizontal nos relatórios de gestão de universidades federais brasileiras. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. 2014. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-08122014-170655/pt-br.php?fbclid=IwAR2Ute3unfInnsOHpdu9Rqj-H-8AdFnNvQMwIg2cvskkte9H2\\_u8dLKu4EI](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-08122014-170655/pt-br.php?fbclid=IwAR2Ute3unfInnsOHpdu9Rqj-H-8AdFnNvQMwIg2cvskkte9H2_u8dLKu4EI)>. Acesso em: 25 maio 2019.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 4ª.ed. Brasília, Liber Livro, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, A. T.; FRINK, D. D.; BUCKLEY, M. R. An accountability account: A review and synthesis of the theoretical and empirical research on felt accountability. **Journal of Organizational Behavior**, v. 38, n. 2, p. 204-224, 2017.

HEREK, M. Accountability no Contexto da Educação Superior Brasileiro: Comparativo entre Universidade Federal, Estadual e Municipal. **Tese de Doutorado**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2017. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18642/tese\\_herek\\_201707jul14.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18642/tese_herek_201707jul14.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2019.

## IBASE HISTÓRIA DO BALANÇO SOCIAL

Instituto Ethos (2018). “**Parcerias para uma sociedade responsável**” in **Conferência Internacional – Empresas e Responsabilidade Social**. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/CI/apresentacoes/apresetacoes\\_10-06/BeatGruninger-GestaoDeDialogos.pdf](http://www.ethos.org.br/CI/apresentacoes/apresetacoes_10-06/BeatGruninger-GestaoDeDialogos.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2018.

IPA. **Centro Universitário Metodista do IPA**, 2018. Disponível em: <<http://www.metodistasul.edu.br>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

KRAEMER, M. E. P.; TINOCO, J. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

KREITLON, M., & QUINTELLA, R. (2001, setembro). Práticas de Accountability ética e social: as estratégias de legitimação de empresas brasileiras nas relações com

stakeholders. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Campinas, SP, Brasil, 25

KOPPELL, J. GS. Pathologies of accountability: ICANN and the challenge of “multiple accountabilities disorder”. **Public Administration Review**, v. 65, n. 1, p. 94-108, 2005.

LAN, C.; BERNARDO, D. C. R. dos; NAZARETH, L. G. C.; MENDONÇA, F. M. Um Estudo das Ações para divulgar e consolidar o Balanço Social no Brasil. **Revista Gestão Organizacional**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2011.

LAUXEN, S. de L. UNIVERSIDADE: a contribuição das comunitárias. **DI@LOGUS**, [S.l.], v. 1, n. 1, set. 2012. Disponível em: <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/Dialogus/article/view/155/42>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

LDB. Disponível em: <[http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura\\_cursos.html](http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html)>. Acesso em: 24 maio 2019.

LÜCKMANN, L. C.; CIMADON, A. A Dimensão Pública das Instituições de Educação Superior Comunitárias. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, p. 67-80, jan./jun. 2015.

MARETH, T.; SALVALAIO, D.; RIBEIRO, C. F. **BALANÇO SOCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL**. ConTexto, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p. 19-29, 2010.

MERRIAM, **Webster Online dictionary**. 2018. Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/accountability>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MICHAELIS. **Dicionário prático inglês-português/português-inglês.**, 2018. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br>> Acesso em: 15 jun.2018.

MINAYO, M. C. S. de **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MENDONÇA, R. C. de; GONÇALVES, J.C. S. de. Responsabilidade social nas empresas; uma questão e imagem ou de essência? **Revista Organizações & Sociedade**, v. 11, n. 29, Salvador, jan./apr. 2004.

MORCELLI, A. T. **Responsabilidade social / Aier Tadeu Morcelli, Lucas Veiga Ávila**. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2016.

MELO NETO, F. P.; C. FROES. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 03 dez 2018.

O'DONNELL, G. **Accountability horizontal e as novas poliarquias**. Lua Nova, São Paulo, n. 44. p. 27-54. 1998.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na Sociedade: sustentabilidade e Responsabilidade Social**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus- Elsevier, 2008.

OXFORD **Dicionário Inglês Português on line**, 2018. Disponível em: <[www.wordreference.com/enpt/oxford](http://www.wordreference.com/enpt/oxford)>. Acesso em: 01 jun 2018.

PEREIRA, M. da G.; SILVA, W. A. C.; ARAÚJO, E. A. T. Análise da Produção Científica sobre Accountability na Área de Administração Pública. *In: XIV CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos142014/369.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

PDI. **UNIVERSIDADE LA SALLE**. 2018. Disponível em: <[https://www.unilasalle.edu.br/public/media/4/files/pdi\\_livreto\\_web.pdf/](https://www.unilasalle.edu.br/public/media/4/files/pdi_livreto_web.pdf/)>. Acesso em: 08 dez. 2018.

PDI. **UNIVERSIDADE FEEVALE**. 2018. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/5c415793-6b37-4870-b339-58d3c094d13f/Universidade%20Feevale-PDI.pdf/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

PINHO, J. A. G. de ; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?\*. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

PUCRS. **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, 2018. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/portal>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. *In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, A. C. *Accountability* na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, [S.l.], v. 14, n. 2, sep. 2011. ISSN 1984-3925. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/314>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

ROCZANSKI, C. R. M. Universidade pública e accountability: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC. **Dissertação de Mestrado**. 2009. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93273?fbclid=IwAR3xXm7uyJiXIPbLCft6M\\_qa2r8cIMJCzgsUHOHrdjERmQ7H4wLZfr4mwk0](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93273?fbclid=IwAR3xXm7uyJiXIPbLCft6M_qa2r8cIMJCzgsUHOHrdjERmQ7H4wLZfr4mwk0)>. Acesso em: 24 mai. 2018.

SPERONI, S. M.; CAMARGO, I de. *Universidade Comunitária, Gestão Democrática e Possibilidades de Construção de Accountability*. **Anais... IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2009.

SCHEDLER, A. (1999) **“Conceptualizing accountability”** *In: Andreas Schedler, Larry Diamond, Marc F. Plattner (eds.). México: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública, A.C. Universidad Autónoma Del Estado de México. Fondo de Cultura Económica, 1999, p.7-32. The self-Restraining State. Power and Accountability in new democracies.*

TINOCO, J. E. P. **In Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concentração social.** Revista Brasileira de Contabilidade, n. 135, maio/junho, 2002.

UCPEL. **Universidade Católica de Pelotas**, 2018. Disponível em: <<http://www.ucpel.edu.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

TRENTIN, T. L.; MOLINA, L. L.; PAULINO, L. L. N. Balanço Social: Uma ferramenta para o levantamento dos direcionamentos de recursos para a sociedade versus a sinergia com o Marketing Social/ Causal. **Anais... VI SINGEP**, São Paulo, 2017.

UCS. **Universidade de Caxias do Sul**, 2018. Disponível em: <<http://www.ucs.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNICRUZ. **Universidade de Cruz Alta**, 2018. Disponível em: <<http://www.unicruz.edu.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNIFRA. **Centro Universitário Franciscano**, 2018. Disponível em: <<http://www.unifra.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNIJUI. **Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**, 2018. Disponível em: <<http://www.unijui.edu.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNILASALLE. **Centro Universitário La Salle**, 2018. Disponível em: <<http://www.unilasalle.edu.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNISC. **Universidade de Santa Cruz do Sul**, 2018. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNISINOS. **Universidade do Vale dos Sinos**, 2018. Disponível em: <<http://www.unisinos.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

UNIVATES. **Centro Universitário Univates**, 2018. Disponível em: <<http://www.univates.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

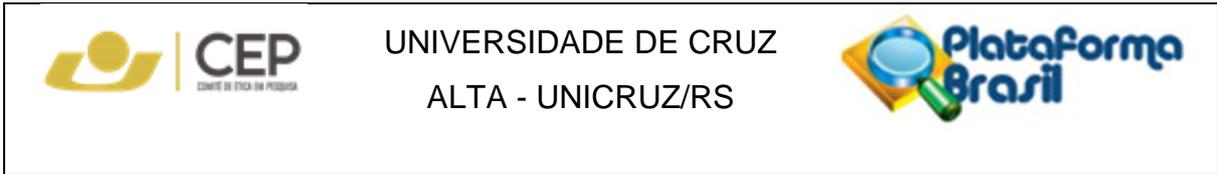
UPF. **Universidade de Passo Fundo**, 2018. Disponível em: <<http://www.upf.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

URCAMP. **Universidade da Região da Campanha**, 2018. Disponível em: <<http://site.urcamp.tche.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

URI. **Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões**, 2018. Disponível em: <<http://www.uri.br>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

VANNUCCHI, A. **A universidade comunitária**. São Paulo: Loyola, 2004.

## **ANEXO A - PARECER**



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS  
DO RIO GRANDE DO SUL

**Pesquisador:** VANEZA LIMA DOS SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 87126718.8.0000.5322

**Instituição Proponente:** Unicruz - Universidade de Cruz Alta

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.626.847

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de dissertação de mestrado intitulado " ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL" apresentado ao programa de Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. Visa estudar esta prática gerencial, também conhecida como Contabilidade Social, no âmbito das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. O total da população será de quinze (15) Universidades comunitárias vinculadas ao Comung no ano de 2017, que serão convidadas para a entrevista, onde serão enviados os questionários compostos de 6 perguntas. Constituir-se-á em uma pesquisa descritiva e exploratória, pois tem como objetivo descrever os fatos e aprofundar o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a prática contábil que resulta no Accountability nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul.

Objetivo Secundário:

- Caracterizar as Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul;
- Verificar como ocorrem as práticas operacionais que resultam nas informações necessárias para

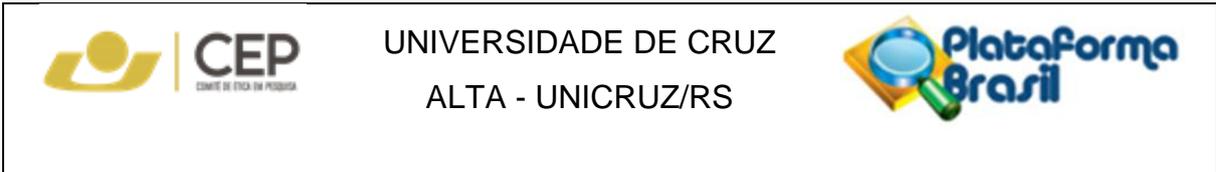
**Endereço:** Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6 - Caixa Postal 858

**Bairro:** Campus Universitário Prédio **CEP:** 98.020-290

**UF:** RS **Município:** CRUZ ALTA

**Telefone:** (55)3322-1618

**E-mail:** comitedeetica@unicruz.edu.br



Continuação do Parecer: 2.626.847

o Accountability das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e se estão de acordo com a legislação vigente;

- Identificar os benefícios e os desafios percebidos pelas universidades com a divulgação dos relatórios sociais;
- Socializar os resultados da pesquisa por meio de um seminário integrador com a participação dos entrevistados.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Os riscos e desconfortos que podem ser provocados pela pesquisa são mínimos. Caso o(a) Sr(a) tenha qualquer desconforto ou risco, tem o direito de parar o preenchimento do questionário, sem quaisquer prejuízos. Também não é prevista alguma forma de risco em qualquer fase da pesquisa que possibilite danos aos participantes nas dimensões físicas, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, do mesmo modo não está previsto desconforto ao conceder os dados solicitados no questionário. Além disto, o(a) Sr(a) estará livre em manifestar que não deseja responder ao questionamento. Esclarecemos, que qualquer violação à sua integridade, enquanto participante da pesquisa, você tem a garantia do direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes, conforme Resolução nº 466 de 2012 do CNS

Benefícios:

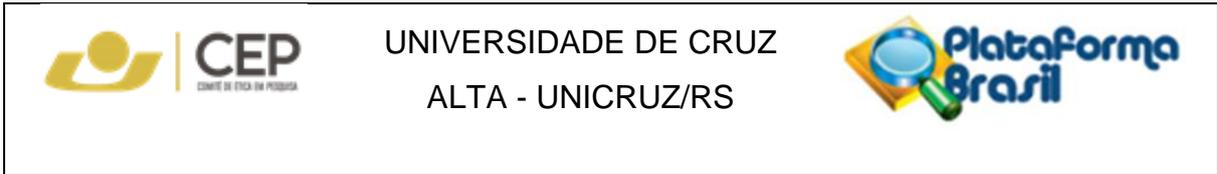
Este estudo pretende realizar a socialização dos resultados da pesquisa por meio de um seminário integrador com a participação dos entrevistados.

Ao que diz respeito ao plano prático, a pesquisa faz referência aos possíveis aspectos inovadores que poderão surgir a partir da discussão e viabilidade de execução da proposta de estudo, sendo que foram estas que despertaram a motivação da pesquisadora na ideia inicial de que as Universidades comunitárias fossem o lócus de pesquisa para a investigação do assunto, assim, pretende-se que seja um estudo enriquecedor à pesquisadora, às instituições e ao meio social proporcionando contribuições teóricas e práticas do trabalho a ser realizado.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é de cunho aplicada e exploratória que pretende reunir os principais conceitos de aplicação da Accountability e que pretende servir de fonte de pesquisa para diversos setores da sociedade a que possuímos, tais como, primeiro setor (órgãos públicos), segundo setor (empresas privadas) e ainda, o terceiro setor (entidades filantrópicas, comunitárias, sem fins lucrativos), sendo que é neste setor que se encontram as universidades do Comung.

**Endereço:** Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6 - Caixa Postal 858  
**Bairro:** Campus Universitário Prédio **CEP:** 98.020-290  
**UF:** RS **Município:** CRUZ ALTA  
**Telefone:** (55)3322-1618 **E-mail:** comitedeetica@unicruz.edu.br



Continuação do Parecer: 2.626.847

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O protocolo apresenta todos os termos obrigatórios em consonância com a Resolução nº 510/2016 do CNS.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1109108.pdf	06/04/2018 18:34:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetocep.docx	06/04/2018 18:34:07	VANEZA LIMA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	06/04/2018 18:29:15	VANEZA LIMA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	06/04/2018 18:28:36	VANEZA LIMA DOS SANTOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CRUZ ALTA, 27 de Abril de 2018

Assinado por:  
Rita Leal Sperotto  
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães - Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6 - Caixa Postal 858  
Bairro: Campus Universitário Prédio CEP: 98.020-290  
UF: RS Município: CRUZ ALTA  
Telefone: (55)3322-1618 E-mail: comitedeetica@unicruz.edu.br

## **APENDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

**UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA**  
**OS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**  
**SUPERIOR**

**ENTREVISTA:**

1	Você conhece o conceito de responsabilidade social constante no PDI da sua Instituição? (se sim, relatar, se não, justificar).
2	Que relatórios a Universidade utiliza para divulgar suas ações de responsabilidade social?
3	De forma geral, qual o objetivo de emitir os relatórios de responsabilidade social? Poderia dizer o que compõe este relatório?
4	Você tem conhecimento de quais destes relatórios a Universidade é obrigada a entregar? Por quê?
5	Quem participa da elaboração do relatório social na Universidade? Se não é o contador, quem é? Qual a formação?
6	Como é elaborado o relatório social?
7	Qual a periodicidade dos relatórios sociais?
8	Como é disponibilizado/divulgado o relatório social? É socializado internamente ou externamente, como? Tem o feedback da comunidade, como é este feedback?
9	Em sua opinião quais os desafios/dificuldades encontradas para a realização do relatório social?
10	Qual a sua percepção sobre a contribuição das informações contábeis para geração dos relatórios sociais?
11	Você já ouviu falar da palavra <i>Accountability</i> ? Como você define?
12	Você faria alguma alteração nos registros contábeis de modo a facilitar a geração dos relatórios sociais? Pode justificar sua resposta?